

André Luiz Mantovani

**FAÇA-SE A LUZ: modernidade e demandas sociais na
eletrificação da iluminação pública em Ouro Preto, 1880-1920**

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Departamento de História

Instituto de Ciências Humanas de Sociais

Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, 2005.

André Luiz Mantovani

**FAÇA-SE A LUZ: modernidade e demandas sociais na
eletrificação da iluminação pública em Ouro Preto, 1880-1920**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Myriam Bahia Lopes

Departamento de História

Instituto de Ciências Humanas de Sociais

Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, 2005.

*Aos mestres e amigos
com carinho.*

Resumo:

Monografia de Bacharelado em História que analisa algumas relações estabelecidas entre tecnologia e sociedade, tendo como objeto a eletrificação da iluminação pública em Ouro Preto entre os anos de 1880 e 1920. Buscaremos demonstrar como a mudança da fonte energética da iluminação pública foi utilizada por parte da elite mineira e ouropretana enquanto uma das estratégias para a manutenção do título de capital de Minas Gerais nesta cidade; e como a população reinterpreto os interesses dessa elite.

Abstract:

This is a Baccalaureate Final Paper in History which analyses same established relations between technology and society. Focusing the electrification of the public illumination in Ouro Preto between the years of 1880 and 1930. It will be demonstrated how the change of the public lighting's power source was used by part of the Minas and Ouro Preto's elite as one of the strategies to maintain the title of the Minas Gerais' capital in Ouro Preto; and how the population reinterpreted the intentions from that elite.

Agradecimentos

Dedicar uma obra... coisa esquisita essa não? Como definir e delimitar a importância que cada pessoa, ou *habitus* se acharem melhor, possuiu na concretização de nossos feitos? É algo muito estranho e muito complicado. É como fazer uma autobiografia de um curto período de nossas vidas, exato prezado leitor, de minha vida e a da de meus amigos. Como externar tudo o que eles representam e representaram para mim com apenas palavras? É... eu posso tentar, mas não sei se vou conseguir. Não é possível citar todas as pessoas neste espaço e transmitir o calor dos momentos, então, desde já me desculpo com os que se achavam merecedores de terem seus nomes lembrados neste espaço.

Antes do mais, gostaria de agradecer o financiamento concedido pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – através de seu programa PIBIC, que sem ele minha existência enquanto estudante não teria sido tão menos difícil, para não dizer cômodo, como foi.

Durante nossa existência pessoas passam pelas nossas vidas cada uma com determinada intensidade. Gostaria de agradecer a todas as pessoas que ingressaram comigo no curso de História na Universidade Federal de Ouro Preto e que brigaram para que tivéssemos o melhor curso que podíamos exigir, mas de todas quatro marcaram. Meus sinceros agradecimentos ao Fabiano pelas chatices e chateações; ao Luis Gustavo – Gugu – pela barriga e, mais ainda, pela leitura crítica da primeira versão deste trabalho; à Suianni por todas vezes que nos deixou com dores de ouvido após horas consecutivas falando sem parar; e ao Igor por todos os “miguim”. De minha turma

existiram vários amigos e vários momentos, mas estes quatro citados ficaram e pretendo eu que nunca saiam.

Outro *habitus*, lá volto eu com as gracinhas, importante foi minha república. Desculpem-me seu nome, mas não posso deixar de mencionar a República Buceta que me fez passar por muitos momento de vergonha, principalmente na hora que o entregador do mercado ficava desconcertado em colocar o endereço em cima das compras, e mais ainda pelos momentos de alegria em seu seio aconchegante. Minha república me ajudou a crescer enquanto homem e cidadão, ajudando na tolerância à diferença, na administração de uma casa, na tomada de liderança. Obrigado por tolerância ao meu gênio dominador e compulsivo.

Obrigado a todos os meus amigos: Ednaldo pelas infinitas horas de videogame; à Camila por tolerar as decepções da vida comigo; ao Ênio pelo conhecimento em informática que me abriram várias portas dentro da Universidade; à Débora pela revisão do texto final; ao Fernando – Bolchevick –, Tiago e Josie pelas várias vezes que ganharam de mim no carteadado; ao Eder pelas amolações e também pela leitura deste trabalho; à Kátia por ajudar meu cabelo crescer; ao Gaspar por ser tão chato; ao Samuel pelas músicas; a todos do NEASPOC, e à instituição que me ajudou nos momentos de dificuldades financeiras, local onde eu podia vender minha força de trabalho e que me possibilitou ter novamente o sentimento do proletariado.

A todos meus professores, em especial ao Fábio por escrever em hieróglifos; à Helena por suas meias laranja e amarela; à Rosana por mostrar que as cadeiras de educação não eram tão ruins quanto diziam; ao José Guilherme pelas oportunidades dadas; ao José Arnaldo por tolerar as amolações; ao Ivan por tentar fazer do ICHS e das

Moitas um local melhor; e à Myriam minha orientadora de iniciação científica e bacharelado. E agradeço à Helena, Valdei e Myriam por disponibilizarem parte de seu tempo na leitura crítica deste trabalho de conclusão de curso.

Obrigado a todos que convivi, pois sei que sou o que sou devido a vocês.

Abraços.

Sumário:

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I | 13 |
| UM MUNDO NOVO E ELÉTRICO | 13 |
| 01-UM BREVE HISTÓRICO: A ELETRICIDADE NA HISTÓRIA DA CIÊNCIA..... | 13 |
| 02-O CONTEXTO | 17 |
| CAPÍTULO II | 21 |
| NOVOS TEMPOS, NOVA CIDADE | 21 |
| 01-VISÕES DA CIDADE | 21 |
| 02-DEBATES SOBRE A ELETRIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 27 |
| 03-O PRIMEIRO CONTRATO DE ARREMATACÃO..... | 31 |
| 04-AS TENTATIVAS..... | 34 |
| 05-A COMPANHIA INDUSTRIAL OUROPRETANA DE FORÇA, LUZ E TELEFONE..... | 37 |
| CAPÍTULO III | 42 |
| A LUZ SOBRE OS POVOS | 42 |
| 01-A FESTA DO CARNAVAL | 42 |
| 02-A FESTA DO BI-CENTENÁRIO..... | 48 |
| CONCLUSÃO: O CREPÚSCULO | 51 |
| ANEXOS | 54 |
| ANEXO 01 | 55 |
| FONTES | 58 |
| JORNAIS | 58 |
| RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DE PROVÍNCIA | 59 |
| ARQUIVO PÚBLICO DA PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO | 60 |
| BIBLIOGRAFIA | 60 |

Observação: Na transcrição dos documentos a grafia foi modernizada para facilitar a compreensão do leitor. Foram respeitados os arcaísmos e pontuação sempre que possível.

Monografia de bacharelado apresentada ao Departamento de Historia da
Universidade Federal de Ouro Preto, sendo avaliadores os seguintes professores:

Orientadora:

Profa. Dra. Myriam Bahia Lopes

Leitores Críticos:

Profa. Dra. Helena Miranda Mollo

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo

INTRODUÇÃO

Você não sente nem vê,
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem e novo hoje é antigo
E precisamos todos rejuvenescer.
[...] e o passado é uma roupa que não nos serve mais

Belchior

No dia oito de maio do ano de 2001 presenciamos um fato de conseqüências surpreendentes. Uma escassez de energia elétrica assolou o Brasil deixando milhares de pessoas, a indústria e o comércio em regime de racionamento. Este evento, que ficou conhecido como “apagão”, trouxe à nossa mente uma frase de um grande historiador do início do século XX, Marc Bloch: “O homem passa seu tempo a montar mecanismos dos quais permanece em seguida prisioneiro mais ou menos involuntário.”¹

Esta afirmação instigou-nos a vários questionamentos: como uma sociedade chegou a ficar tão dependente de uma de suas tecnologias? Quando este processo começou, onde, por quê e por quem? De que maneira nos tornamos “prisioneiros mais ou menos involuntários” de uma inovação tecnológica? Qual é a nossa relação com novas tecnologias e quais suas implicâncias em nosso cotidiano? De que forma nós nos relacionamos com a tecnologia? Inquietados com estas perguntas, partimos em busca de respostas que iluminem nosso horizonte.

O processo de industrialização ocorrido na Inglaterra no final do século XVIII, lá por volta de 1780, possuiu seu segundo momento a partir da segunda metade do século XIX. Desta vez a industrialização saiu de seu país de origem, a Inglaterra, e propagou-se pela Alemanha, França, Suíça, Estados Unidos, dentre

¹ BLOCH, M. L. B. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001, p. 63.

outros países. Este momento possui algumas diferenças das mudanças ocorridas na Inglaterra. A Segunda Revolução Industrial ou Revolução Científico-Tecnológica, como a queiram denominar, expandiu e consolidou o capitalismo em escala mundial. O capital adquiriu novas formas, rompendo as fronteiras nacionais e atingindo locais, até então, à margem do sistema.

Um aspecto fundamental deste período é o estabelecimento de uma estreita relação entre o laboratório e a fábrica, relação que possibilitou o surgimento de novos ramos industriais, como a siderurgia, a indústria química e a indústria elétrica. Esta expansão do capitalismo é caracterizada pelo desenvolvimento de importantes descobertas científicas e pela utilização de novas fontes de energia, como a eletricidade e o petróleo, no sistema produtivo.

O capitalismo desenvolveu-se para seu estágio industrial e monopolista. Com a Revolução Científico-Tecnológica os capitais estavam cada vez mais concentrados, a necessidade de matérias-primas cada vez maior e os mercados consumidores que possibilitassem altos lucros cada vez mais escassos. Neste contexto verifica-se uma busca por locais ainda não dominados e as sociedades tradicionais, de economia agrícola, sofreriam as conseqüências do movimento expansionista europeu. Países da Ásia, como Índia e China, e da África como Argélia e Egito seriam invadidos e dominados militar e economicamente.² O Brasil também foi “invadido”, mas só que de uma forma menos traumática, como mercado promissor de altos lucros a curto prazo ele sofreu a invasão de empresas e capitais externos.

² HOBBSAWM, E. *A era do capital – 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 59-64.

A maioria dos trabalhos sobre a história da eletricidade está preocupada com a inserção do capital internacional e monopolista no Brasil. As análises estão pautadas em uma análise econômica e nas disputas políticas pelo mercado consumidor por parte dos principais grupos do setor: a Light; a American & Foreign Power Co. (AMFORP); e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE). Sendo que os dois primeiros eram representantes do capital internacional e o terceiro do nacional. Os trabalhos de Flávio A. M. Saes,³ Tamás Szmrecsányi,⁴ Duncan McDowall,⁵ C. Armstrong & H. V. Nelles,⁶ e Gunter Axt⁷ enquadram-se neste panorama.

Outra linha de pesquisa é a que visa o resgate da memória das grandes empresas do setor elétrico, como a Light e a CESP⁸, estando vinculada a Centros de Memória destas empresas, como, por exemplo, os trabalhos enumerados por José E. M. Mauro⁹ em torno da recuperação da história da CESP. Ou os publicados pela Revista História e Energia pertencente à Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, instituição ligada à Eletropaulo, sendo destinados a preservação da memória da eletricidade em São Paulo. Ou ainda alguns dos trabalhos publicados

³ SAES, F. A. M. de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986. _____ *Café, indústria e eletricidade em São Paulo*. In: *História & Energia: A chegada da Light*. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, v.1, 1989, pp. 21-31.

⁴ SZMRECSÁNYI, T. Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899-1939. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.6, n.1, pp.132-5, jan./mar. 1986. _____ A era dos trustes e cartéis. In: *História & Energia: A chegada da Light*. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, v.1, 1989, pp. 6-20. _____ & SAES, F. A. M. de. Energia elétrica e capital estrangeiro: o caso da São Paulo Light, 1899-1904. In: *Resgate, Revista de Cultura do Centro de Memória – UNICAMP*. Campinas: Papyrus, n° 4, 1992, pp. 9-17.

⁵ MCDOWALL, D. *The Light: brazilian traction, light and power company limited, 1899-1945*. Toronto: University of Toronto Press, 1988.

⁶ ARMSTRONG, C. & NELLES, H. V. *Southern exposure: canadian promoters in Latin America and the Caribbean, 1896-1930*. Toronto: University of Toronto Press, 1988.

⁷ AXT, G. *A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul – dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959)*. Porto Alegre: CPG-História/UFRGS, 1995. (Dissertação, Mestrado em História)

⁸ Companhia Elétrica de São Paulo.

⁹ MAURO, J. E. M. Os pioneiros da eletricidade. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n° 29, 1988, pp. 169-174.

pelo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, que possuem o intuito de facilitar o acesso à fontes sobre a história da eletricidade, como os debates parlamentares sobre energia elétrica¹⁰ e os debates do Clube de Engenharia,¹¹ bem como a publicação de estudos de caráter acadêmico,¹² panorâmico¹³ ou didático.

Deixando de lado a preocupação com o capital industrial e monopolista e a preservação da memória das empresas do setor elétrico, temos o trabalho de Hermetes R. de Araújo.¹⁴ O autor busca analisar de que forma as técnicas de construção do espaço estão relacionadas com a sociedade e quais as suas implicações sociais. O autor dedica um capítulo de seu trabalho à instalação do setor elétrico pela Light na cidade de São Paulo, tendo como foco de análise a instalação dos bondes elétricos. Seguindo a mesma tendência dentro da História Social, podemos ainda citar o trabalho de Amara S. de S. Rocha.¹⁵ A autora também está preocupada com as implicações sociais da instalação do setor elétrico pela Light, porém, ela difere de Araújo no recorte espacial, o Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX, e nas implicações sociais, o imaginário que envolve o “deslumbramento” da iluminação.

¹⁰ CACHAPUZ, P. B. de B. (coord.) *Debates parlamentares sobre energia elétrica na Primeira República: o processo legislativo*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1990.

¹¹ *Idem.* *Energia elétrica em questão: debates no Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.

¹² MARILZA, E. B. & REIS, S. B. C. (coord.) *A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1888-1930)*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.

¹³ DIAS, R. F. (coord.) *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

¹⁴ ARAUJO, H. R. de. *D'une nature à l'autre: technique construction de l'espace et transformation sociale (Brésil 1850-1910)*. Paris: Université de Paris VII, 1997. (Tese, Doutorado em História). Em especial o capítulo V: *Sous le règne d'une nouvelle énergie*.

¹⁵ ROCHA, A. S. de S. *A sedução da luz: O imaginário em torno da eletrificação do Rio de Janeiro (1892/1914)*. Rio de Janeiro: PPGHIS do IFCS/UFRJ, 1997. (Dissertação, Mestrado em História Social). _____. *A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da belle époque*. In: *Revista de história regional*. Vol. 2, nº 2, Inverno 1997. _____. *A consolidação da Light (1925/1934)*. In: LEVY, M. B. & LOBO, E. M. L. (coords.). *Estudos sobre a Rio Light*. Centro de Patrimônio Histórico da Light, 1990.

Na grande maioria dos trabalhos citados percebemos uma preocupação com as grandes empresas do setor elétrico, com grande ênfase na *Holding Brazilian Traction, Light and Power Co. Ltd.*, mais comumente conhecida como Ligth. Esta empresa possuiu seu raio de ação centrado nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, os núcleos mais dinâmicos economicamente do país. O interior dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo era abastecido por pequenas distribuidoras como a Central Elétrica Rio Claro S. A. de Rio Claro, Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto, Empresa Força e Luz de Jaú, Companhia Força e Luz de Avanhandava, Empresa Força e Luz Ibero-Americana de Cantagalo, Julius Arp & Companhia de Nova Friburgo e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica.

Também no caso de Minas Gerais o fornecimento e a distribuição de energia elétrica era efetuado por várias empresas de pequeno porte. Empresas que, em sua maioria, surgiram da necessidade de comercialização do excedente da energia produzida para a alimentação do seu maquinário. Algumas destas empresas estavam ligadas às atividades têxteis, como a Companhia Mineira de Eletricidade em Juiz de Fora; mineradoras, como as *St. John Del Rey Mining Company Limited* e *The Conquista-Xiã Gold Minas Company Limited* em Campanha; ou à de geração e distribuição de energia elétrica, como a Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina atendendo a Cataguases, Leopoldina, São João Nepomuceno e Rio Novo e a Companhia de Eletricidade e Viação Urbana de Minas Gerais de Belo Horizonte.¹⁶

Desta forma, as pequenas empresas de geração e distribuição de energia elétrica ficam relegadas ao esquecimento. O esforço pioneiro dos pequenos

¹⁶ DIAS, R. F. (coord.). Op. cit, pp. 29-53.

empresários nacionais fica sufocado pelo capital internacional monopolista até na historiografia. Nosso trabalho pretende resgatar parte desta história da eletricidade relegada às traças. Inscrevendo-se em uma área periférica do sistema econômico, Ouro Preto, cidade de Minas Gerais, no final do século XIX e início do XX, onde pequenos empresários lutavam para que suas empresas sobrevivessem. Além desta tentativa, buscaremos demonstrar algumas relações estabelecidas entre esta inovação tecnológica para o período, a eletricidade, e a sociedade ouropretana.

O foco de nosso trabalho será analisar os motivos que levaram parte da população ouropretana a se preocupar com a modernização do sistema de iluminação pública da cidade nos meados da década de 1880. A eletrificação do sistema de iluminação pública está intensamente ligada às preocupações de modernidade e modernização do espaço urbano vigentes no final do século XIX e XX na Europa e Brasil. Buscaremos demonstrar que a constante preocupação em modernizar o sistema de iluminação pública da cidade de Ouro Preto está vinculada à ameaça que a cidade sofria de perder o título de capital do Estado de Minas Gerais, preocupação que, aparentemente, assolava a elite ouropretana, não afetando a maioria da população. Porém, determinadas atitudes tomadas por esta elite incidiriam sobre estas pessoas que viam “bestializadas”¹⁷ às mudanças que o Brasil enfrentava. O código de posturas regulamentaria o que era e o que não era permitido dentro do espaço urbano, como, por exemplo, a criação de animais soltos pelas ruas da cidade.

¹⁷ Esta expressão utilizada por Aristides Lobo para resumir a participação das pessoas que moravam na capital federal e que viram a proclamação da república como se fosse uma parada militar, demonstra a sua impressão, a impressão de um membro da elite carioca, sobre os grupos populares.

Esta resolução desagradaria muito às pessoas que, segundo a tradição, podiam criar tranqüilamente seus animais.¹⁸

Diferentemente, a modernização do sistema de iluminação pública será vista com outros olhos pela população ouropretana. O tradicional sistema de iluminação pública a gás, tido como ultrapassado, já não atendia as demandas dos novos tempos, fazendo-se necessário um sistema mais eficiente. A partir da análise das reivindicações da população ouropretana por uma iluminação mais eficiente nos dias de festividades, buscaremos demonstrar como determinadas preocupações de uma elite é reinterpretada por grupos sociais visando atender aos seus intentos.

Para a realização de nosso objetivo, faz-se necessário à utilização e esclarecimento de algumas palavras. Utilizaremos o escrito de Aliquis, um cronista do jornal ouropretano *O Cisne*, que ao discorrer sobre a “instrução intelectual”, a difusão do ensino para todas as classes sociais, deixa transparecer alguns dos ideais vigentes no período:

Ocupando-nos da Instrução Intelectual, considerada por nós como um dos dois grandes motores do progresso na civilização da humanidade, importa-nos conhecer os resultados benéficos que poderão advir a toda a nação, pela instrução do povo que a constitui, para defendermos a sua causa.

O simples bom senso nos bastará, para nos guiar nesta utilíssima investigação.

Lançando os olhos para as nossas espessas matas, lá vemos o mísero selvagem, que pouco difere das feras bravias, sem a menor cultura do espírito, alheio a toda a idéia de moralidade.

Os mais atrasados povos da África e da Oceania jazem ainda mergulhados na mesma supina ignorância; os Bárbaros do Norte, que mais de uma vez devastaram o Meio Dia da Europa, pouco menos ignorantes eram.¹⁹

Em seu texto Aliquis mobiliza noções muito caras para os séculos XIX e XX. As palavras *progresso*, *cultura* e *civilização* são utilizadas para diferenciar a

¹⁸ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. Dissertação, Mestrado em História, Belo Horizonte: Departamento de História, Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1998, pp. 55-63.

¹⁹ ALIQUIS. *O Cisne* (Órgão Literário Mineiro), ano 1, n° 9, Ouro Preto, 20 de abril de 1895.

sociedade européia dos países que estavam em situação de colônias. Para os últimos os epítetos seriam *atrasados*, *ignorantes* e *selvagens*; noções pejorativas que justificariam seu estado de inferioridade e o imperialismo. Para os membros da elite brasileira, a Europa representava o padrão de civilização que toda a humanidade deveria atingir, ficando aos encargos dos governantes destes países atrasados a função de conduzi-los rumo à civilização.²⁰ Dentre estas noções, gostaríamos de nos debruçar sobre os conceitos de *civilização*, de *modernidade*, *modernização* que nos fornecem suporte para o entendimento deste período.

Em busca de autoridade discursiva para nossas afirmações, recorreremos a três autores que, acreditamos, conseguem tornar inteligível as inquietações do período abordado. De acordo com Norbert Elias a civilização ocidental é uma construção desenvolvida pela sociedade européia com o intuito de se diferenciar dos outros povos, ressaltando o antagonismo existente entre civilizado e bárbaro. “O homem ocidental nem sempre se comportou da maneira que estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem ‘civilizado’.”²¹ Devemos salientar a existência das especificidades pertencentes a cada uma das nações européias, não sendo este um processo homogêneo, as “auto-imagens nacionais” não deixam de existir na Europa. Entretanto, Norbert Elias faz uma ressalva. O conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos, enfatizando o que é comum a todos os seres humanos ou deveria ser na opinião dos que o possuem. Esta noção demonstra a autoconfiança dos povos cujas fronteiras nacionais e identidades estavam plenamente estabelecidas.

20 CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

21 ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1990, p. 13.

Civilização para Norbert Elias é “[...] a consciência que o Ocidente tem de si mesmo [...]”, é um mecanismo de união provedor de identidades, tanto nacional quanto Ocidental. Idéia que é alicerçada em objetos de que uma determinada sociedade se orgulha, como “[...] o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo [...]”. Este conceito resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior às sociedades contemporâneas “mais primitivas”, promovendo uma diferenciação entre povos adiantados e atrasados.²²

Modernidade para de Walter Benjamin é sinônimo de mudança, de transformações ocorridas em um determinado tempo. A modernidade confundi-se com o presente, passando a existir a partir do momento em que começa a relacionar-se com o passado, estabelecendo uma relação dialética entre o presente e o passado, onde o último sofrerá um processo de destruição. “Então será posta à prova. Após sua extinção, verificar-se-á se algum dia pode ou não tornar-se antigüidade.”²³ Antigüidade esta que servirá de referência para a gestação das modernidades futuras. “[...] a modernidade caracteriza uma época [...]”²⁴, ela é o que diferencia uma época de outra.

Para refletir sobre as metrópoles do século XIX e fazer a sua arqueologia da modernidade, Benjamin elege Paris, a cidade luz como foco de análise. Vendo nos escritos de Baudelaire o quadro das transformações no imaginário que ocorreram com as mudanças do espaço urbano parisiense com o nascer da metrópole. A mudança em nome do progresso, com a abertura de novas ruas, racionalizando o

²² *Idem. Ibidem.*, p. 23-5.

²³ BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 80.

²⁴ *Idem. A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

espaço urbano com linhas perfeitas e ruas higienizadas, mudanças do espaço urbano empreendidas pelo prefeito de Paris, Haussmann. A metrópole em Walter Benjamin exhibe inovações e novidades próprias da sociedade capitalista moderna, tanto nas relações de produção, quanto nas relações entre as pessoas. “A modernidade assinala uma época; designa, ao mesmo tempo, a força que age nessa época e que a aproxima da antigüidade.”²⁵

Seguindo os passos de Benjamin, Marshall Berman em *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, afirma que cada civilização em seu tempo possui sua modernidade, “As pessoas que se encontram em meio a esse turbilhão estão aptas a sentir-se como as primeiras, e talvez as últimas, a passar por isso [...]”²⁶. Esta modernidade é percebida por seus contemporâneos através de várias fontes, como as grandes descobertas da ciência, com a mudança da imagem do meio e da forma que os seres humanos se relacionam com ele, das soluções urbanísticas, da industrialização da produção, da expansão demográfica, do crescimento urbano e dos sistemas de comunicação de massa, do centralismo dos Estados Nacionais, ou seja, da modernização do espaço e das relações sociais.

Da mesma forma que para Walter Benjamin, modernidade para Berman é nada mais que um “sinônimo” para mudança. Não uma mudança isolada, mas sim mudança de experiências compartilhadas por homens e mulheres construídas historicamente. “Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, alegria, crescimento, autotransformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.”²⁷ Essa

²⁵ *Idem. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 80.

²⁶ BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 15.

²⁷ *Idem.*

noção fica muito clara no título de seu livro *Tudo que é sólido desmancha no ar*, frase, levemente modificada, retirada do manifesto comunista de Marx e Engels. Nada é sólido o suficiente que a modernidade não possa desmanchar e remodelar.

Em uma tentativa de sistematização, Berman divide a modernidade em três grandes fases em sua história de mais de quinhentos anos de existência. A primeira perfaz o período do início do século XVI até o final do XVIII, quando as pessoas começam a ter contato com as experiências da vida moderna. A segunda fase inicia-se com a Revolução Francesa de 1789, neste período as pessoas já possuem consciência de viverem em um período de mudanças nos níveis da vida pessoal, social e política. Na terceira fase, iniciando-se no século XX, a modernidade ganha todas as partes do mundo. Ocorre um desmanchar da própria modernidade, ela dilui-se em inúmeros e fragmentados caminhos, perdendo a capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas, a crise da modernidade em que vivemos hoje, ou da razão, como preferirem.²⁸

Segundo Berman o pensamento atual sobre a modernidade se divide em dois compartimentos distintos e independentes um em relação ao outro. Sendo a “modernização” no âmbito da economia e política e “modernismo” no da cultura, arte e sensibilidade.²⁹ As visões destas tendências de interpretação da vida moderna tendem a se bifurcar em duas vertentes, o material e o espiritual. Alguns estudiosos se dedicam ao “modernismo”, encarado como uma espécie de puro espírito, que se desenvolve em função de imperativos artísticos e intelectuais autônomos. Outros se situam na órbita da “modernização”, um complexo de estruturas e complexos materiais – políticos, econômicos, sociais – que, ao iniciarem-se, desenvolvem por

²⁸ *Idem. Ibidem*, pp. 15-17.

²⁹ *Idem. Ibidem*, p. 87.

conta própria, com pouca ou nenhuma interferência dos espíritos e almas humanas. Estas tentativas de interpretação da modernidade, esse dualismo, acaba gerando dificuldades na compreensão de um dos fatos mais marcantes da vida moderna.³⁰ Acreditamos em uma inter-relação entre estas duas forças, a material e espiritual, da modernização e da modernidade, ou seja, a interdependência entre as mudanças do meio físico e da sociedade.

Tendo em vista sempre estes conceitos, abordaremos nossas fontes, intencionando enxergar o modo como uma inovação tecnológica, a eletricidade, provocou algumas modificações na interação da população ouropretana com o seu espaço urbano.

³⁰ *Idem. Ibidem*, p. 129.

Capítulo I

UM MUNDO NOVO E ELÉTRICO

No meado do mês de maio último, a Sociedade Internacional dos Eletricistas organizou em Paris uma exposição especial de física. O sucesso foi considerável. Os organizadores da exposição, tendo à sua frente os srs. Ptoier e Sartiaux, procuraram, sobretudo, seduzir o olhar dos visitantes com uma instalação quase mágica. Muitas flores e muita luz; maciços de plantas variadas e torrentes de luz. Que iluminação brilhante, magníficos efeitos artísticos, narram os jornais, obtiveram os promotores da exposição, com as grandes pérolas brilhantes que chamam lâmpadas elétricas incandescentes. Delas havia em todas as paredes, em todos os tetos, em todos os arbustos. Colares de brilhantíssimas pedras preciosas pendiam dos panejamentos.

Na sala principal, sobretudo, um serviço de mesa lembrava os esplendores das *Mil e uma noites*. Lâmpadas de todas as cores fulgiam irradiantes. Dir-se-ia que ali estavam reunidas todas as pedras preciosas do mundo, vermelhas, azuis, amarelas, granadas violetas, abrasadas pelos raios do sol poente.

Os baixos do prédio continham aparelhos destinados a mostrar os progressos da eletricidade quanto a caloríficos e quanto à cozinha. A cozinha exposta era o mais interessante. Costeletas assaram-se em grelhas elétricas, ovos coziavam-se em água cuja temperatura fora elevada a 100°, por eletricidade, e varias panelas ferviam.

É tudo tão higiênico, tão limpo, tão cômodo, que parece será essa a cozinha do futuro.

O Estado de Minas, 05/09/1896.

01-Um Breve Histórico: A Eletricidade na História da Ciência

No início do século XIX a eletricidade era apenas uma curiosidade científica, assumindo a condição de importante fonte de energia a partir do final do século. A eletricidade foi a primeira área da ciência a dar origem a uma indústria própria. Como produto comercialmente rentável, a eletricidade passou a ser utilizada como fonte de energia para a iluminação de espaços públicos e privados. A formação de um mercado consumidor para a lâmpada incandescente, inventada pelo engenheiro Tomas Edison em 1879, possibilitaria esse crescimento. Porém, a generalização do uso da luz elétrica só ocorreu após a invenção da corrente alternada

pelo físico iugoslavo Nikola Tesla, em 1888, o que possibilitou a instalação de sistemas de iluminação nas ruas e casas de cidades inteiras.³¹

No início de suas atividades, a indústria de energia era dominada por empresas norte-americanas e alemãs. Os pioneiros desta indústria nos Estados Unidos foram Tomas Edison, Elihu Thomson com Edwin Houstos, e George Westinghouse que fundaram na década de 1880 a Edison General Eletric, a Thonson-Houston Eletrical Company e a Westinghouse Eletric Manufaturing Company, respectivamente. Por parte dos alemães, os precursores da indústria elétrica foram Werner e William Siemens que em sociedade com o mecânico J. G, Halschke fundaram, em 1874, a Siemens uno Halschke; e em 1883 Emil Rathenau fundou a Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft (AEG).³²

Seguindo a tendência do capital monopolista vigente³³, as empresas Edison General Eletric, a Thonson-Houston Eletrical Company e a Westinghouse Eletric Manufaturing Company disputavam a exclusividade no fornecimento de energia ao mercado norte-americano. Assim, elas baixaram seus preços até a um patamar intolerável, provocando uma redução drástica nos lucros e enfrentando uma grave crise financeira, obrigando as empresas Edison General Eletric e a Thonson-Houston Eletrical Company a fundirem-se, ficando com mais de setenta por cento da distribuição, o que consolidou um relativo monopólio do setor. Desde sua fundação

³¹ DIAS, R. F. (coord.). *Op. Cit.* Mais informações em: ROCHA, A. S. de S. *A sedução da luz: O imaginário em torno da eletrificação do Rio de Janeiro (1892/1914)*. Dissertação, Mestrado em Historia Social, Rio de Janeiro: PPGHIS do IFCS/UFRJ, 1997. Mais especificamente o capítulo: Eletricidade: do lúdico à valiosa mercadoria industrial.

³² Nos deteremos no desenvolvimento da indústria elétrica norte-americana visto à sua intensa atuação e investimentos na América-Latina.

³³ O capital monopolista possui dois eixos básicos: o controle do mercado e a eliminação da concorrência. Várias empresas ou se fundem ou se organizam em torno de um interesse comum visando o monopólio do mercado, constituindo-se o que chamamos de trustes e cartéis.

estas empresas faziam investimentos em países da Europa, como na França, Inglaterra, Itália, Suíça, e na América Latina.

No Brasil, o imperador Dom Pedro II concedeu, em 1879, o direito a Tomas Edison de introduzir no país seus aparelhos e processos para a utilização da luz elétrica. Os primeiros serviços foram prestados no mesmo ano com a iluminação da estação central da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil); e em 1881 com a iluminação da Diretoria Geral dos Telégrafos e do edifício do Ministério da Viação para a Exposição Industrial ocorrida no Rio de Janeiro.

A partir de então, podemos notar um pequeno crescimento da utilização da energia elétrica no país. Em 1881 a Diretoria Geral dos Telégrafos instalou 16 lâmpadas para a iluminação de um trecho do Jardim do Campo da Aclamação (atual Praça da República) no Rio de Janeiro. Em 1883 foi instalada, por um professor da Escola de Minas de Ouro Preto, uma hidrelétrica no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, em Diamantina, Minas Gerais, que forneceria energia para a extração de diamantes. No mesmo ano foi inaugurada em Niterói a primeira linha de bondes elétricos no país que funcionou durante dois anos. Em 1887 outra hidrelétrica foi inaugurada em Minas Gerais, na cidade de Nova Lima, no Ribeirão dos Macacos para a extração de ouro. Em 1895 foi inaugurada a hidrelétrica de Corumbataí destinada a fornecer energia para a iluminação pública de Rio Claro, São Paulo. Mas a primeira usina hidrelétrica de maior porte instalada no Brasil foi Marmelos-0. Localizada na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, para fornecer energia à fábrica de tecidos de Bernardo Mascarenhas e para a iluminação pública da cidade.

A partir de 1897 notamos o início da atuação do capital estrangeiro na exploração do sistema de iluminação pública e transportes coletivos nas cidades de

São Paulo e Rio de Janeiro. Os investidores preferiam estas cidades pelo fato delas possuírem um mercado consumidor que garantia lucros certos, devido ao crescimento de suas populações fomentado pela imigração européia, além da diversidade das atividades comerciais, do fortalecimento dos estabelecimentos bancários e do aumento acelerado do número de fábricas proporcionado pela expansão cafeeira.

A Light se constituiu no final do século XIX no Canadá e logo começaria suas atividades no Brasil. De início, em 1899, na cidade de São Paulo, onde obteve concessões para a distribuição de energia elétrica, estendendo em seguida suas atividades para o transporte coletivo, bondes movidos tanto à tração animal quanto elétricos; até constituir um novo núcleo no Rio de Janeiro em 1905. O grupo canadense representava diversos interesses, desde norte-americanos até europeus, o que tornou a empresa o principal núcleo empresarial estrangeiro no começo do período republicano.

As atividades de geração e distribuição de energia elétrica no Brasil até 1920 (além das desenvolvidas pelo grupo Light) estavam ligadas a inúmeras e pequenas unidades geradoras, isoladas em diversos pontos do território brasileiro. Esse conjunto era constituído por pequenas usinas térmicas e hidrelétricas, pertencentes a empresas de caráter local, muitas vezes destinada ao fornecimento para apenas um município, ou a pequenas unidades geradoras para consumo doméstico nas áreas agrícolas. Minas Gerais era em 1920 o terceiro estado brasileiro em potência instalada e reunia o maior número de fornecedoras e de usinas

hidrelétricas do país. Entretanto, a grande maioria dessas companhias era de âmbito municipal e suas unidades geradoras possuíam reduzida capacidade instalada.³⁴

02-O Contexto

Na transição do século XIX para o XX, o Brasil passou por profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Transformações que influenciaram na vida das populações tanto do campo quanto da cidade. Mas viria modificar principalmente a vida daquelas residentes nas capitais das províncias, como São Paulo, Porto Alegre, Ouro Preto, Manaus, Recife, Salvador, dentre outras, e na capital federal, o Rio de Janeiro. Uma progressiva alteração no cotidiano da população urbana estava ocorrendo, a utilização das “maquinarias do conforto”³⁵ propiciava tais alterações.

“O saneamento da cidade é também uma recodificação desse espaço. As redes de água e esgoto passam subterrâneas às vias de circulação dos corpos, segundo uma nova racionalidade de gestão dos fluxos e fluidos.”³⁶ A instalação do saneamento básico com suas redes de água e esgoto, a racionalização do espaço urbano baseada no sistema de circulação sanguínea do homem, a divisão dos espaços das residências e a iluminação pública e residencial, como definido por Beguin, os “órgãos da maquinaria urbana”,³⁷ proporcionaram uma melhoria na qualidade de vida da população citadina. Estas maquinarias do conforto criam um campo sem

³⁴ DIAS, R. F. (coord.). *Ibidem*, pp. 9-55.

³⁵ BEGUIN, F. “As maquinarias inglesas do conforto”. In: *Espaço & Debate: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, nº 34, ano XI. São Paulo: NERU, 1991, p. 43.

³⁶ LOPES, M. B. *O Rio em Movimento: quadros médicos e(m) história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p. 37.

³⁷ BEGUIN, F. *Op. cit.*

fronteiras de introdução de novas necessidades e hábitos no cotidiano da população, alterando as relações que são estabelecidas entre o espaço público e o privado.

Um grande contingente de imigrantes adentrava no país - cerca de 2.150.000 imigrantes chegaram ao Brasil no período de 1904 a 1930. Este fluxo foi propiciado, dentre vários outros motivos, pela industrialização que estava se desenvolvendo no Brasil, pelo surto do cultivo e exportação do café - o principal produto da balança de exportações - e pela política de substituição da mão-de-obra escrava pela livre ocorrida após a abolição da escravidão em 1888.³⁸

No período temos um grande aumento populacional devido ao crescimento vegetativo provocado pelo declínio da mortalidade e da manutenção da taxa de fecundidade em níveis elevados. A grande maioria destas pessoas viviam na zona rural, Minas Gerais até a década de 1920 possuía apenas cinco cidades com mais de 10.000 habitantes, representando apenas 2% do total da população. As cidades entre 5.000 e 10.000 habitantes constituíam de 3 a 4% da população mineira,³⁹ concentração populacional que não se diferia do restante do país.

O crescimento das cidades contribuiu para a emergência de novos grupos sociais; novos atores que estavam interessados em contracenar no cenário político. Tarefa que não seria muito fácil de ser realizada porque os donos do poder não estavam dispostos a abrir mão de seus postos de liderança política no país. Estas lutas políticas culminariam no golpe desferido contra a Monarquia, a Proclamação da República, pelos militares. Estes novos atores identificavam na Monarquia o

³⁸ PATARRA, N. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, B. (dir.) *et. al. O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984, pp. 247-268.

³⁹ WIRTH, J. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 128.

arcaísmo vivido pelo Brasil, sendo a República um regime que atendia aos ideais de modernidade e civilização almejados.

A modernidade pairava sobre a Europa e o Brasil, contribuindo para o desenvolvimento de técnicas que viriam revolucionar a vida dita moderna. Descobertas científicas que agora estavam sendo aplicadas na produção de bens de consumo tornaram a produção mais dinâmica, os meios de transportes mais eficientes e invenções como o telégrafo e o telefone tornaram o “mundo menor”.

[...] apenas para se ter uma breve idéia, os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas-gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentifício, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal e, mencionada por último mas não menos importante, a caixa registradora.⁴⁰

O Brasil tentava acompanhar as mudanças que estavam acontecendo na Europa. A sua participação nas Exposições Universais demonstra os intentos de mostrar ao mundo seu lado civilizado e afastar a idéia da barbárie nos trópicos. Uma grande quantidade de produtos e invenções dos mais variados estados brasileiros foram enviados para as Exposições. Uma Exposição Nacional com caráter de preparatória e classificatória foi criada para selecionar os principais representantes do país.

Uma febre de inventos e inventores assolou o Brasil. Várias invenções e projetos foram desenvolvidos e requeridas suas patentes. Uma infinidade de

⁴⁰ SEVCENKO, N. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____ (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 9-10.

“máquinas de voar”, o “automóvel marítimo terrestre”, a “cadeira contra enjôo no mar”, o “açougue ambulante”, o “sabonete flutuante”, o “telefone Cabral”, a “máquina de bordados”, a “batedeira mecânica”, os “sapatos elétricos”, dentre outros, foram inventados ou projetados por brasileiros.⁴¹

As cidades, palco privilegiado das transformações, sofreriam as repercussões das idéias de modernidade importadas da Europa. Remodelamento da malha urbana, inserção de novos costumes e hábitos civilizados através de campanhas de higienização e “desbarbarização”⁴² da população dos subúrbios seriam algumas das atitudes tomadas pelas elites locais para a implantação de seus ideais de civilização.

Ouro Preto sofreu muito com o impacto destas idéias. Debates intensos sobre a sua origem colonial e seu título de Cidade Imperial acirrariam os ânimos dos partidários de uma modernidade sem vínculos com o passado da cidade. Armados destas idéias que membros das elites locais levariam a cabo a construção e transferência da capital de Minas Gerais para uma localidade que representasse e conduzisse a modernidade mineira.

⁴¹ COSTA, A. M. da & SCHWARZ, L. M. *1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Mais especificamente o capítulo X: Esses homens incríveis e suas máquinas maravilhosas: controlar os mares, chegar aos céus.

⁴² PECHMAN, R. M. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, pp. 23-67.

Capítulo II

NOVOS TEMPOS, NOVA CIDADE

A velha capital repousa à noite sobre o manto legendário de suas tradições passadas, como que rendida pelo extenuar que sobreveio à sua vida intensa de gloriosa capital de Minas – berço das idéias liberais, ninho prodigioso de heróis e de onde voaram as águias altivas da liberdade pátria, proclamando o vigor cívico e o patriotismo brasileiro.

O clarão túbio do luar, que escorre pelo flanco das serras que a circundam, banha de uma luz profusa sua velha casaria, grimpendo pelas ladeiras, ao lombo escarpado e pedregoso de suas encostas, perfuradas de escavações subterrâneas.

Lá no centro, à praça da Liberdade, eleva-se altivo o monumento de bronze a Tiradentes, falando corajosamente à posteridade, com eloqüência muda de quase um século.

Lá mais embaixo, na casa histórica onde habitam Franciscanos, recordamos a epopéia de Marília, que tanto fez vibrar a lira desditosa de Gonzaga.

As lâmpadas elétricas espalhadas pelas suas ruas ermas, assemelham-se agora, as lágrimas de luz choradas pela posteridade sobre suas ruínas.

Moura Júnior, *O Itacolomy*, 30/07/1912.

01-Visões da Cidade

Ouro Preto está longe de ser uma cidade artística: suja, defeituosa, torta, com edificações miseráveis, sem higiene, sem arte com todos os defeitos de uma cidade antiga. Mesmo em dias esplêndidos prejudicam-na seu aspecto doentio. A geometria irregular de seus prédios, a tristeza das casas, tornando-a, por conseguinte, de uma comunicabilidade doentia, atroz.⁴³

Parte da elite mineira e ouropretana possuía este olhar sobre a estrutura urbana da cidade. Segundo Fonseca⁴⁴, tanto os indivíduos que reclamavam a mudança da capital, os mundancistas, quanto os que queriam a sua permanência, os não-mudancistas, acreditavam que Ouro Preto não possuía condições de ser considerada uma cidade moderna. Porém, diferentemente dos mudancistas, os não-mudancistas defendiam a modernização do espaço urbano ouropretano através de

⁴³ O Movimento, Ouro Preto, 14 de abril de 1892. *Apud.*: O Estado de Minas, ano 3, nº 304, Ouro Preto, 20 de abril de 1892.

⁴⁴ FONSECA, J. F. de M. *Tradição e modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. Dissertação, Mestrado em História, Belo Horizonte: Departamento de História, Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1998.

intervenções que implicariam no alargamento de ruas, no alinhamento de casas, na planificação de morros, dentre outras medidas.

Mas no momento que nos deparamos com estes olhares sobre Ouro Preto, ficamos curiosos para saber quais os motivos que levavam tal população a chamar sua cidade de suja, defeituosa, torta, sem higiene, prédios com geometria irregular, aspecto doentio, comunicabilidade doentia e atroz? Ouro Preto durante o século XVIII era uma das cidades mais prósperas da América portuguesa. Já no século XIX ela perde prestígio econômico na província de Minas Gerais para outras cidades mineiras que possuíam uma economia mais dinâmica, como Barbacena, Juiz de Fora e Uberaba. De acordo com Wirth, Minas Gerais passava por um “relativo declínio econômico” se comparado a São Paulo e Rio Grande do Sul.⁴⁵ Certos políticos mineiros e ouropretanos percebendo este “relativo declínio” tentaram encontrar determinadas estratégias que possibilitassem o desenvolvimento do estado em iguais condições que São Paulo e Rio Grande do Sul. A idéia de uma província estagnada com uma capital não dinâmica surgia da relação estabelecida entre o presente com a imagem dourada de um passado de riquezas e prestígio, além da comparação feita com outras regiões brasileiras economicamente mais dinâmicas.⁴⁶

O resultado desta contraposição entre o presente e o passado é a modernidade. Mas a modernidade brasileira e a mineira teriam na Europa seu espelho. Seguindo os novos ares vindos do Velho Mundo, ares de civilização e modernidade, a elite mineira vislumbrava atentamente as mudanças que os países

⁴⁵ Ver WIRTH, J. Op. cit.

⁴⁶ DULCI, O. S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, pp. 38-39.

ditos modernos enfrentavam.⁴⁷ As intervenções feitas pelo barão de Haussmann em Paris de 1853 a 1870, tornaram-se referência de melhoramentos urbanos. Bulevares, largas e amplas avenidas e ruas, boa circulação de ar, eram características necessárias para uma cidade dos novos tempos.

Ouro Preto não possuía especificações para ser considerada uma capital moderna, nem se transformar em uma. Seu relevo e ruas tortas, a impossibilidade de abertura de largas avenidas para o escoamento do trânsito, suas casas velhas e de arquitetura colonial, tornavam impossível tais mudanças aos olhos de alguns contemporâneos. A experiência relatada por Viana Ribeiro ao passear pelas ruas do bairro de Antônio Dias com seu carro pode clarear um pouco nosso horizonte:

Nas ruas de Antonio Dias, a parte antiga de Ouro Preto, perduram as velharias; uma população debruça às janelas para ver rodar o carro que em solavancos desconchavados nos leva, e uma petizada garotada que solta gritos estridulados correndo em nossa pista contente, muito contente de um espetáculo de um carro cortando a monotonia de suas ruas sombrias.⁴⁸

E o carro vai descendo numa ladeira em precipício, rodas travadas pelo breque de ferro e as casas desfilam, casas muito velhas, com janelinhas quadradas, unidas amorosamente umas as outras como si os construtores das outras eras tão amigos fossem que esforço fizessem para, mesmo em casa, estarem o mais perto possível uns dos outros.⁴⁹

Dentre as várias propostas de modernização do espaço urbano da cidade de Ouro Preto, gostaríamos de reproduzir o parecer de um cronista do jornal *O Estado de Minas* relativo a um artigo publicado no jornal *O Movimento* do dia 14 de abril de 1892:

⁴⁷ Ver FERREIRA, M. A. da C. G. *O guardador da memória urbana: traços ligeiros em crônicas de Ouro Preto*. João Pessoa: Departamento de Letras da Universidade Federal da Paraíba, 2002. (Dissertação, Mestrado em Literatura Brasileira)

⁴⁸ RIBEIRO, Viana. Treze de Março (Jornal Republicano), ano 01, n° 11, Ouro Preto, 01 de janeiro de 1895.

⁴⁹ *Idem. Ibidem.*

No seu pensar [*O Movimento*] as cidades antigas são cheias de defeitos; no correr dos anos devem ser destruídas para sobre as suas ruínas erguerem-se outras. Era este o desejo do ilustre contemporâneo que se contrapõe ao bom senso dos mineiros, pouco afeitos às utopias dos *Lesseps-merins* e as asquerosidades do zolismo, principalmente em artigo de fundo, destinado a indicar os melhoramentos, o progresso e os projetos artísticos.⁵⁰

Deste excerto podemos identificar duas posições relativas às melhorias do espaço urbano entre os não-mudancistas. Nosso intuito aqui não é delimitar a maioria das posições assumidas pela população ouropretana em relação à mudança da capital, mas apenas demonstrar a existência de conflitos políticos. Existia uma ala, que podemos denominá-la de “radical”, que propunha a demolição da estrutura urbana antiga e “sobre as suas ruínas” uma nova cidade fosse erguida nos padrões condizentes com o progresso esperado. A outra ala, uma mais “conservadora”, propõe a melhoria da cidade a partir de uma remodelação estrutural com a inserção de vários “melhoramentos” da malha urbana.

Uma das estratégias empreendidas pelos não-mudancistas foi o apelo ao “grandioso” passado heróico de Ouro Preto, a cidade seria o berço da liberdade em Minas Gerais. As figuras da Inconfidência Mineira, e principalmente de Tiradentes, seriam utilizadas como amálgama para a forja desta tradição.

Sob pena de profanação histórica, a capital não pode e nem deve ser mudada, e só podem ter o arrojo de sonhar com essa medida repugnante, descabida e odiosa, os que não conhecem Ouro Preto, a sua história, a sua riqueza mineral, o seu clima privilegiado, e ainda e sobretudo a beleza de muitos de seus dias certamente invejáveis e como em nenhuma outra parte existe.⁵¹

⁵⁰ O Estado de Minas, ano 3, nº 304, Ouro Preto, 20 de abril de 1892

⁵¹ Gazeta de Ouro Preto, ano 1, nº 3, Ouro Preto, 12 de janeiro de 1890.

A modernidade dos não-mudancistas diferenciava-se da de seus opositores na inter-relação entre o passado e o presente. Enquanto os últimos lutavam para a consolidação de uma capital nova e moderna, sem ligação com o passado, os não-mudancistas queriam o convívio harmônico entre estas instâncias do tempo.⁵² No mesmo dia de entrega do relatório elaborado pelo engenheiro Aarão Reis sobre a análise das cidades indicadas para abrigarem a nova capital de Minas Gerais, junho de 1893, foi entregue o *Relatório do planalto do cruzeiro de Ouro Preto* do engenheiro municipal Blaksley. Os dois relatórios tinham a mesma finalidade: analisar, ou provar, qual cidade seria a melhor de Minas Gerais para abrigar a capital.

Os dois relatórios se preocupam com as mesmas questões, a excelência dos ares salubres, do clima, das águas, da topografia favorável à implantação de bondes e estradas de rodagem, o desenvolvimento da agricultura associada à fertilidade do solo. Diferindo-se apenas na ênfase do discurso sobre Ouro Preto: um demonstrava a viabilidade de se modernizar o local e a ampliação da malha urbana já existente; e o outro desqualificava em todos os quesitos a cidade e buscava alternativas.⁵³

Ouro Preto não se adequava aos novos ideais de cidade consolidados no final do século XIX e deveria sofrer as adequações necessárias ou ser destruída. A proposta de mudar a capital do estado de Minas Gerais para a localidade de Curral Del'Rei, futura Belo Horizonte, forçou os partidários da permanência da capital em Ouro Preto a tomarem algumas estratégias para que isto não se consolidasse. Dentre todas as medidas tomadas, a eletricidade estava entre as inovações do espaço urbano que Ouro Preto sofreria.

⁵² FONSECA, J. F. de M. *Op. cit.*

⁵³ MENICONI, R. O. de M. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte: Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, 1999.

Esta disputa não ficou apenas no plano dos debates e pareceres, também foram implementados alguns melhoramentos da estrutura urbana de Ouro Preto. Para o gerenciamento das mudanças foi criada uma empresa que se encarregaria de formular e executar os projetos das melhorias implementadas no espaço urbano, a Empresa de Melhoramentos da Capital. Várias obras foram realizadas visando melhorar as condições de Ouro Preto: alargamento e calçamento de ruas e pontes, alinhamento de casas, estabelecimento de rede de água e esgoto, abertura de ruas, construção de um cemitério, implantação de duas linhas de bondes, etc.⁵⁴

Outra melhoria que deveria ser executada a todo custo era a modernização do sistema de iluminação pública da cidade. Durante o Império a iluminação das ruas era feita com óleo querosene ou óleo de baleia. Porém, o desenvolvimento de novas tecnologias de produção do gás acetileno e da eletricidade no final do século XIX, fontes energéticas que produziam uma iluminação mais eficiente na relação custo/benefício, tornaram o antigo sistema obsoleto. A iluminação elétrica era a vedete do período, sua carga de significados simbolizava a contraposição entre a luz, o período moderno, o presente; e as trevas, o passado colonial, a cidade luz versus a cidade sombra.⁵⁵

Em 01 de Agosto de 1882 Teófilo Otoni, então presidente da província de Minas Gerais, relata em seu relatório anual:

Resolvido o problema da iluminação publica por meio da luz elétrica em tais condições de exeqüibilidade, que cidades da Europa, da América do Norte e mesmo do Brasil a tem adaptado, parece-me que nesta capital seria talvez bem assentado semelhante sistema.
A cidade de Campos no Rio de Janeiro trata de promover contrato para estabelecê-la.

⁵⁴ Para informações mais detalhadas ver: FONSECA, J. F. de M. *Op. cit.*

⁵⁵ ROCHA, A. S. de S. *Op. cit.*, pp. 95-102.

Bem sei que a preferência por este melhoramento não deve ser decidida antes de verificar-se a essencial condição de preço, e se a diferença não for sensível em relação ao que atualmente se despende, deve ser adotado. Neste sentido procuro obter esclarecimentos que oportunamente apresentarei á vossa deliberação.”⁵⁶

02-Debates Sobre a Eletrificação do Sistema de Iluminação Pública

A pedido do presidente da província de Minas Gerais, Antônio Gonçalves Chaves, que o fundador e diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, Claude Henri Gorceix, realizou uma análise das melhores tecnologias disponíveis no final do século XIX para uma melhor iluminação da cidade de Ouro Preto.⁵⁷ Em 17 de junho de 1883 o relatório foi encaminhado a Gonçalves Chaves. O estudo privilegiou métodos que ainda não haviam sido utilizados na iluminação pública de Ouro Preto.

O relatório começa explicando os métodos de iluminação alimentados pela combustão do gás carbureto. O gás deveria ser produzido junto ao foco luminoso ou em uma fábrica central e distribuído por um sistema de tubulação. O carbureto poderia ser produzido através do processamento de vários materiais. Gorceix discorre sobre a utilização da hulha, da turfa, do lignito, da madeira, de ossos e restos de animais, de sementes de algodão e mamona, reservando para o final do texto a iluminação elétrica.

Gorceix se vê “[...] obrigado a reunir princípios elementares do emprego de eletricidade na iluminação e ver se é possível adotar este sistema para Ouro Preto.”⁵⁸

⁵⁶ OTONI, Teófilo. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 01 de agosto de 1882.

⁵⁷ GORCEIX, C. H. *Iluminação pública da capital*. In: CHAVES, Antônio Gonçalves. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 01 de agosto de 1883. Publicado também pela *REM: Revista da Escola de Minas*. Ano 56, volume 45, nº 03, terceiro trimestre, 1992, pp. 297-301. Número especial, comemorativo do sesquicentenário do nascimento do fundador da Escola de Minas, Claude Henri Gorceix.

⁵⁸ GORCEIX, C. H. *Op. cit.*

O primeiro problema levantado é a grande quantidade de métodos que poderiam ser utilizados para a produção, transmissão e utilização da eletricidade, não havendo consenso sobre qual deles poderia ser o mais eficiente. Devido a esse problema, e não sabendo como resolver, Gorceix busca estabelecer um ponto comum entre todos os processos.

Em todo o caso, qualquer que seja o sistema adotado, ele compor-se-á de um gerador, de transmissores e de receptores, isto é, das mesmas partes que encontramos na iluminação a gás. Indicarei ainda que talvez com os acumuladores se tenha um meio de produzir economicamente a corrente elétrica em cada ponto onde deve ser utilizada, do mesmo modo que com auxílio de lâmpadas prepara-se o gás, ao mesmo tempo que ele se queima, em tantos focos separados quantos se queiram; os receptores são focos de arco voltaico Brush, Jamin, Jablochoff e ou lâmpadas de incandescência Edison, Maxim, British, Muller.⁵⁹

Podemos perceber que mesmo discorrendo sobre os métodos que poderiam ser utilizados para a produção da energia elétrica, Gorceix insiste em estabelecer uma conexão com os métodos utilizados na iluminação à gás. Então por que em um momento ele defende a modernização de Ouro Preto, e em outro ele “prefere” a iluminação a gás? Voltando ao começo do relatório encontramos as seguintes palavras sobre a iluminação a gás: “Porém nesta substituição, que já seriam um progresso dever-se-iam ter em conta as variações do preço da matéria prima e dos aparelhos a empregar [...]”.⁶⁰

De todas as palavras mencionadas, gostaríamos de salientar apenas uma, mas de uma carga simbólica muito grande para o período, a palavra progresso. Gorceix é um técnico, ele não está apenas interessado em melhorias do espaço urbano, mas também nos melhores processos para atingir seus objetivos. A

⁵⁹ *Idem. Ibidem.*

⁶⁰ *Idem. Ibidem.*

eletricidade, mesmo sendo “a menina dos olhos” da ciência no final do século XIX, ainda era uma tecnologia experimental. Gorceix estava interessado no que havia sido comprovado cientificamente. Como homem ligado à ciência ele possuía conhecimento das principais técnicas de produção, chegando a realizar experiências com iluminação elétrica anos antes da produção deste relatório, quando da vinda do Imperador Dom Pedro II em 1881.⁶¹

Na seqüência de sua argumentação, Gorceix discorrerá sobre a eficiência das lâmpadas de arco voltaico e das incandescentes, destinando as primeiras à iluminação pública e as últimas ao interior das casas. Estabelecida a lâmpada com melhor qualidade para a iluminação pública, o autor fará uma relação de custo benefício entre a iluminação elétrica e a gás. Ele cita o exemplo de Bruxelas, onde as ruas eram iluminadas por meio da eletricidade, e possuindo custos cerca de seis vezes mais barato que o gás. Porém,

As ruas, como já o disse, são muito sinuosas, mudam freqüentemente de direção; a Rua Direita, cujo nome lhe foi dado, sem dúvida, que em Ouro Preto, existiam casas alinhadas segundo uma linha reta, uma das raras exceções, as diferenças de níveis tão consideráveis, que existem muitas vezes, em dois pontos bastante próximos um do outro, exigem o emprego de grande número de focos luminosos.⁶²

Desta forma, se faria necessária a instalação de um número muito maior de focos pela cidade que os utilizados em Bruxelas, podendo colocar os cálculos sobre os custos da iluminação em risco.

⁶¹ DIAS, R. F. (coord.). *Op. cit.*, p. 30.

⁶² *Idem. Ibidem.*

Tomemos por exemplo a Praça da Independência; um foco de 25 bicos Carcel seria suficiente e a instalação de uma fonte de luz mais intensa, qualquer que seja o ponto em que se a coloque, não serviria nunca às suas vizinhas, salvo a Rua Direita em uma pequena parte da Rua da Polícia.

A rua das Flores exigiria um outro, a Rua Nova um terceiro, o que fosse colocado na Igreja de São Francisco de Paula poderia servir a uma maior extensão porém aí apenas existem umas 3 ou 4 casas e ainda ficariam pontos completamente escuros.⁶³

Segundo Gorceix, o traçado urbano de Ouro Preto não seria propício para a iluminação pública, seu traçado irregular tornava inviável a iluminação por qualquer que fossem os meios. A utilização das tecnologias disponíveis a baixos custos, devido ao traçado urbano de Ouro Preto, tornava-se difícil. Fazia-se necessária a descoberta de outras tecnologias, ou o aperfeiçoamento das técnicas disponíveis para que a iluminação fosse mais eficiente.

As dificuldades apontadas são tão grandes, que Gorceix propõe uma última alternativa. Ele e dois amigos, Arthur Thiré e Paul Ferrand, estudiosos do assunto, poderiam instalar um dínamo próximo à Ponte da Barra, onde aproveitariam uma roda d'água existente no local. Assim, poderiam produzir, em caráter experimental, energia para alimentar lâmpadas na região da Praia e, depois, se o resultado fosse satisfatório, seriam estabelecidos outros focos de iluminação pública na Praça da Independência, atual Praça Tiradentes.

Gorceix termina o relatório com estas palavras: “Além do interesse científico destas pesquisas, elas teriam a vantagem de permitir a todos julgarem por si o problema a resolver.”⁶⁴ Com este desfecho para a sua argumentação, Gorceix retira de sua responsabilidade o parecer de qual fonte energética é a mais recomendada para a iluminação pública de Ouro Preto, deixando para quem quiser se aventurar nas escolhas. Acreditamos que Gorceix percebia o grande interesse dos

⁶³ *Idem. Ibidem.*

⁶⁴ *Idem. Ibidem.*

não-mudancistas em modernizar Ouro Preto e que concebiam em seu parecer favorável à iluminação pública pela eletricidade como o alvará da ciência para a melhoria deste serviço.

03-O Primeiro Contrato de Arrematação

Antes da emissão deste parecer o governo do estado de Minas Gerais já abria concorrência para a arrematação do serviço de iluminação pública da capital através do sistema de energia elétrica, isso ocorreu em 07 de novembro de 1882. Porém, nenhum projeto interessado em disponibilizar o serviço foi apresentado. Em relatório o presidente da Província esclarecerá:

Bem sei que a preferência por este melhoramento não deve ser decidida antes de verificar-se a essencial condição de preço, e si a diferença não for sensível em relação ao que atualmente se despende, deve ser adotado. Neste sentido procuro obter esclarecimentos que oportunamente apresentarei á vossa deliberação.⁶⁵

Apenas depois da emissão do relatório de Gorceix é que nova licitação foi aberta pelo governo da província. No dia 26 de outubro de 1883 o governo do estado de Minas Gerais aceitou as propostas para a arrematação da iluminação pública, de prédios públicos e residências particulares encaminhadas pelo comendador Carlos Gabriel de Andrade, então arrematante da iluminação pública a querosene.⁶⁶

⁶⁵ OTONI, Teófilo. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 01 de agosto de 1882.

⁶⁶ Ver anexo 01.

Entre os melhoramentos que tenho procurado introduzir na Capital, folgo dizer, não me descurei deste importante serviço, que, pelo sistema de há muito adotado, qual o da luz do óleo de querosene, não corresponde ao progresso da época e aos sacrifícios que com ele faz a província na soma de 20:000\$000 anuais.⁶⁷

Antônio Gonçalves Chaves inicia com estas palavras o primeiro contrato de arrematação da iluminação pública como fonte de energia a eletricidade. Este excerto reflete duas preocupações constantes, a primeira diz respeito à introdução deste “progresso da época”; e a segunda aos altos gastos com a iluminação pública. Os altos custos sempre foram uma preocupação da administração pública, antes de 1880 existem reclamações relativas ao alto preço da iluminação a querosene. Em seu relatório Gorceix também estará preocupado com a relação custo/benefício existente entre as fontes de energia que poderiam ser utilizadas para a iluminação do espaço público.

Na tentativa de revolver este problema, ou pelo menos amenizá-lo, medidas de economia foram estabelecidas no contrato. O horário de funcionamento do serviço foi vinculado à luminosidade proporcionada pelos corpos celestes. O sistema de iluminação elétrica deveria estar aceso nos meses de outubro a março das 19:00 às 4:00 horas da madrugada, nos meses de abril a setembro das 18:00 às 5:00 horas da madrugada e durante o tempo ou as horas em que não houvesse luar claro.

O governo da província não arcaria com nenhum encargo financeiro que fosse necessário para a mudança do sistema de iluminação, todos os custos deveriam “[...] correr por conta do contratante [...]”⁶⁸ Todo o investimento necessário para a execução desta maquinaria urbana ficaria aos encargos de Carlos Gabriel de Andrade. A única ajuda oferecida foi a isenção de impostos e outras taxas sobre todo

⁶⁷ CHAVES, Antônio Gonçalves. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 01 de agosto de 1884.

⁶⁸ *Idem.*

o material que adentrasse na província. Além disso, o governo provincial intercederia junto ao Governo Geral no Rio de Janeiro, para que todo o material vindo do estrangeiro não fosse taxado pela Alfândega.

Algumas outras medidas para a redução dos custos também foram tomadas. A indenização pela desapropriação de terrenos que serviriam à instalação do motor hidráulico ou de outros equipamentos ficaria aos encargos do contratante. De uma maneira indireta, mas que contribuiria para a redução dos custos, a cobrança de uma série de multas sobre a não execução do serviço, contribuiria para a redução do preço pago pelos focos que não estivessem funcionando. Uma multa

De 5\$000 de cada foco que não tiver a intensidade de duas mil velas;
De 10\$000 por cada hora que exceder o tempo marcado para a iluminação geral;
De 10\$000 por hora em que não houver luar claro e se interromper, cessar ou não se fizer a iluminação [...] ⁶⁹

O maior atrativo oferecido por este contrato foi apenas uma grande vantagem. O novo serviço seria oferecido com o mesmo encargo financeiro empregado para que a cidade fosse iluminada a querosene, 20:000\$000 réis, o novo serviço seria oferecido. Conseguia-se uma grande façanha, a modernização do sistema de iluminação pública sem nenhum ônus para as finanças públicas.

A modernização do espaço urbano, com a introdução dos “progressos da época”, das maquinarias urbanas, não deveria parar. O contratante estava

[...] obrigado a introduzir na iluminação da Capital os melhoramentos que a ciência determinar e a conveniência do serviço aconselhar, uma vez que tenham sido empregados com vantagem na iluminação de outras cidades [...] ⁷⁰

⁶⁹ *Idem.*

⁷⁰ *Idem.*

Aparentemente, as autoridades responsáveis pela avaliação do Relatório de Gorceix concordaram com alguns de seus argumentos. A partir deste momento, todos os “melhoramentos que a ciência determinar” deveriam passar pelo crivo da conveniência, além de já terem sido testadas por outras cidades. Tecnologias experimentais não poderiam ser introduzidas, antes deveriam ser testados e possuir a sua eficiência comprovada.

04-As Tentativas

Como mencionado por Francisco Xavier Rodrigues Campelle, chefe do departamento de polícia da capital, em 07 de março de 1885 o contrato efetuado com o comendador Carlos Gabriel de Andrade foi rescindido. A iluminação elétrica não foi instalada dentro do prazo de nove meses como previsto no contrato, sendo o prazo prorrogado para o dia 11 de agosto de 1884. Em 12 de março de 1885, novamente foi aberta hasta pública para a iluminação pública de Ouro Preto devido ao não cumprimento do prazo estabelecido.⁷¹

De todos os estudos que consultamos, nenhum realizou os cálculos dos custos necessários para a instalação da iluminação elétrica, mas acreditamos que deveriam ser mais altos que para a instalação da iluminação a querosene ou a gás. No dia 9 de maio de 1887 foi inaugurada, também pelo tenente coronel Carlos Gabriel de Andrade, a iluminação pelo sistema de lâmpadas Belgas. Um sistema de iluminação a gás mais eficiente que as tecnologias anteriores, “[...] e assim [foi]

⁷¹ BRITO, José Antônio Alves de. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 01 de agosto de 1885.

realizado o melhoramento, que era geralmente reclamado.”⁷² O contrato celebrado em 11 de dezembro de 1886 previa a substituição dos “[...] antigos e estragados postes [...] por outros de gosto moderno, iguais aos empregados na iluminação da corte.”⁷³

A instalação da iluminação elétrica havia ficado aos encargos do cidadão José de Mello Freitas, contrato firmado em 8 de outubro de 1885 e que também não seria executado dentro do prazo previsto. O chefe de polícia Levindo Ferreira Lopes viria a reclamar:

Nesta ocasião não posso deixar de manifestar meus sentimentos, por não estar ainda realizado o importante melhoramento da substituição da iluminação da capital, por meio da luz elétrica, do sistema Houston, ou outro mais aperfeiçoado, de que é contratante o cidadão José de Mello Freitas.

O chefe de polícia aconselhará ao governo da província que aumente a subvenção destinada à iluminação pública, sendo que a Câmara Municipal de Ouro Preto contribuía com as despesas de iluminação pública da cidade com trezentos mil reis anuais. No contrato firmado com José de Mello Freitas, estava prevista a quantia de vinte contos de réis, quantia que a seu ver parecia exígua. Ele argumenta que os gastos com a iluminação a querosene passavam dos vinte e dois contos de réis e a subvenção destinada a iluminação elétrica ficava restringida a vinte contos. Freitas acredita que os gastos com a iluminação pública deveriam girar em torno de trinta contos de réis, o que poderia ser suficiente para a devida instalação da iluminação elétrica, como foi efetuado nas cidades de Campos e Rio Claro.⁷⁴

⁷² FIGUEIREDO, Carlos Augusto de Oliveira. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 05 de julho de 1887.

⁷³ *Idem.*

⁷⁴ LOPES, Levindo Ferreira. Iluminação interna & Iluminação publica da capital. In: FIGUEIREDO, Carlos Augusto de Oliveira. Op. cit.

A expectativa sobre a instalação do novo “melhoramento” pode ser vista nas palavras de José de Castro Teixeira de Gouvêa, diretor geral da Diretoria Geral das Obras Públicas “[...] é realmente, por ora, a melhor que se pode desejar, desde, porém, que o contratante alimente os combustores com o máximo da luz a que podem alcançar.”⁷⁵ Toda a decepção demonstrada por Gouvêa pode ser justificada pelas palavras ditas no decorrer de seu relatório:

Não sou apólogo da luz elétrica, e *máxime* em uma cidade acidentada como esta, e creio mesmo não ser ela, por ora, a última palavra da ciência, porque, do contrário, estou certo, já estariam iluminadas por esse sistema todas as cidades importantes do mundo civilizado.⁷⁶

A localização deste excerto na estrutura do texto de Gouvêa nos intrigou, ele encontra-se deslocado, não possuindo coesão com a estrutura de raciocínio que estava sendo desenvolvida. Aparentemente o autor estava defendendo-se das acusações de ser um apólogo da eletricidade, ou do desdém com que tratou a instalação da iluminação a gás. Um pouco acima deste excerto, no momento em que Gouvêa trata da substituição dos postes de iluminação pública de Ouro Preto que estavam em quase sua totalidade estragados, ele faz menção da substituição “[...] de um sistema pouco próprio para figurar na Capital de uma província que está nos casos de possuir alguma coisa de moderno e de menos anacrônico [...]”⁷⁷ Esta “coisa moderna e menos anacrônica” pode ser a energia elétrica.

A modernidade e a modernização possuem seus entraves para se desenvolverem em Ouro Preto. Gouvêa após dissertar sobre o “progresso e adiantamento” que trará para a cidade, tratará de amenizar o impacto que a

⁷⁵ GOUVÊA, José de Castro Teixeira de. Iluminação pública & Iluminação a luz elétrica. In: FIGUEIREDO, Carlos Augusto de Oliveira. Op. cit.

⁷⁶ *Idem.*

⁷⁷ *Idem.*

substituição dos postes de iluminação pública provocarão nas finanças públicas. A quantia gasta com os postes novos, mais de dez contos de réis, poderá diminuir com a venda dos antigos para a cidade de Ponte Nova. Novamente a questão financeira assombra a política modernizadora empreendida por algumas autoridades mineiras.

No contrato celebrado com Freitas em 8 de outubro de 1885 foi prevista uma iluminação mista, onde seriam utilizados 70 focos elétricos nos lugares de maior circulação de pessoas e no entorno seria empregada a querosene. Nosso arrematante entrou com pedido de revisão desta cláusula propondo a diminuição dos 70 focos para apenas sete, fato que foi indeferido pelo Diretor Geral, Gouvêa.

Em 07 de julho de 1887, quase dois meses após instalar a iluminação pelo sistema a gás Belga, Andrade requereu rescisão do contrato. Antônio José de Souza tornou-se o novo arrematante, porém ele mal chegou a assumir a concessão e seu contrato foi rescindido. Foi concedido a Freitas o direito de administrar o serviço sob recebimento de uma gratificação. Em 01 de outubro de 1887 foi concedido ao bacharel Agostinho Máximo Nogueira Penido privilégio para a iluminação a gás da capital. O último contrato para a iluminação de Ouro Preto por energia elétrica fora concedido a Freitas em 08 de outubro de 1885.⁷⁸

05-A Companhia Industrial Ouropretana de Força, Luz e Telefone

Após estas idas e vindas entre iluminação a querosene – serviço que nunca deixou de ser prestado -, a gás e a energia elétrica, a Diretoria Geral de Obras Públicas de Minas Gerais contratou, no dia 23 de setembro de 1890, a Companhia

⁷⁸ BARBOSA, Luiz Eugênio Horta. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 01 de julho de 1888.

Industrial Oupretana de Força, Luz e Telefone para o fornecimento de energia que abasteceriam 400 focos de iluminação elétrica em Ouro Preto. Iluminação pública que seria feita com lâmpadas de 20 velas estearinas por um prazo de 45 anos, sendo dado dois meses para que se iniciassem as obras e mais seis para a sua conclusão. Devido ao não cumprimento dos prazos foi concedido duas prorrogações, uma de 43 e outra de 60 dias.⁷⁹ Não encontramos menções sobre o término das obras, mas as expectativas eram grandes devido ao adiantamento em que se encontravam, estando previsto para o mês de julho sua conclusão.⁸⁰

Como na criação da maioria das empresas fornecedoras de energia elétrica do estado de Minas Gerais, a Companhia Industrial Oupretana de Força, Luz e Telefone nasceu da necessidade de aproveitamento da sobra da produção de energia de uma fábrica principal; neste caso a Fábrica de Tecidos de São José de Tombadouro. A energia que sobrava da produção para o sustento das atividades têxteis da Fábrica era fornecida para a iluminação pública e residencial de Ouro Preto. Logo no início de suas atividades a Fábrica de Tecidos e a Companhia Industrial enfrentaram dificuldades financeiras, vindo a suspender o seu funcionamento e deixando de fornecer os serviços prestados à cidade.⁸¹ Fato que levou o secretário da Diretoria de Obras Públicas F. Brito, no dia 19 de fevereiro de 1892, a realizar novamente abertura em hasta pública para a arrematação do serviço de iluminação pública de Ouro Preto por meio da luz elétrica ou a gás.⁸²

⁷⁹ LIMA, Antônio Augusto de. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 15 de junho de 1891.

⁸⁰ *Idem.*

⁸¹ Jornal Mineiro (Órgão Republicano, Político, Literário e Noticioso), ano 01, nº 34, Ouro Preto, 01 de maio de 1898.

⁸² BRITO, F. Obras públicas: Iluminação publica da capital. In: O Estado de Minas, ano 03, nº 286, Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1892.

O Seminário de Mariana, o Colégio Providência e os Recolhimentos de Macaúbas possuíam um bom número de apólices federais, de cujos juros se serviam para o auxílio de suas despesas. A situação financeira do Governo republicano sofria ainda com as conseqüências ocasionadas pela política do encilhamento e corria boato que o Governo de Prudente de Moraes iria suspender o pagamento dos respectivos juros das apólices. Semelhante notícia trouxe apreensão a todos os que na ocasião possuíam economias pessoais ou sob sua administração no Tesouro Federal.

Dom Silvério era o responsável pela gestão das finanças das instituições educacionais citadas acima e receava que elas viessem a sofrer dificuldades financeiras caso o boato se tornasse realidade. Dois de seus grandes amigos e consultores, Drs. Diogo de Vasconcellos e Gabriel dos Santos, aconselharam-no que vendesse as apólices da dívida pública e empregasse o dinheiro recebido no levantamento da hipoteca da Fábrica de Tecidos no Banco do Brasil da qual era hipotecária.⁸³

Com a compra das ações Dom Silvério tornou-se o diretor da Fábrica de Tecidos e da Companhia Industrial, pois administrava as finanças dos sócios majoritários. Mesmo com a quitação da dívida no Banco do Brasil, as duas empresas continuaram com suas portas fechadas por mais algum tempo. Um desentendimento entre alguns acionistas da empresa e a administração proposta pela diocese de Mariana gerou um entrave administrativo impedindo o seu funcionamento. Não encontramos informações sobre as estratégias que a administração da província utilizou para transpor este momento de dificuldade com a iluminação pública. Mas

⁸³ OLIVEIRA, Mons. A. O. de. *Traços biográficos de Dom Silvério Gomes Pimenta no centenário de seu nascimento (1840 – 1940)*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1940. Ver em especial o capítulo XII: “Dom Silvério compra a fabrica de tecidos do Tombadouro; sagra em Macaúbas o Senhor Bispo Coadjutor de Diamantina, convoca e realiza o Primeiro Sínodo Diocesano”, pp. 79-80.

acreditamos que ela fez valer uma cláusula do contrato que previa situações semelhantes. Cláusula que obrigava o arrematante a manter sobre boas condições o material que era utilizado para a iluminação a querosene. Com a existência deste equipamento o governo da província poderia contratar alguma pessoa para tomar conta da iluminação, até que a situação da Fábrica de Tecidos fosse resolvida.

No mesmo período em que a Companhia Industrial esteve impossibilitada de fornecer energia elétrica e cuidar das instalações, o industrial Raymundo Joyeux instalou o serviço de iluminação elétrica particular em alguns estabelecimentos comerciais da rua de São José. E, mais tarde, encaminhou à Câmara Municipal de Ouro Preto uma proposta para a iluminação pública por meio da eletricidade da cidade.⁸⁴

Um novo contrato foi firmado em 18 de junho de 1893 entre a Companhia Industrial e Câmara Municipal. Os termos do contrato são, em linhas gerais, os mesmos estabelecidos entre o governo do estado e Carlos Gabriel de Andrade em 1883. Desta forma, com uma empresa que necessitava da energia elétrica para o funcionamento de seus teares, Ouro Preto não ficaria mais sem a tão almejada iluminação elétrica, pelo menos era o que esperavam seus moradores. A companhia se comprometia a fazer funcionar parte do equipamento instalado dentro do prazo de dois meses e a iluminação completa de quatrocentas lâmpadas dentro de oito.⁸⁵

Apesar de todas as medidas tomadas pelos indivíduos que, não importando os motivos, estavam interessados na permanência da capital da província de Minas Gerais em Ouro Preto, no dia 17 de novembro de 1893, a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais decidiu que se fazia necessária a construção de uma nova

⁸⁴ Minas Gerais (Órgão Oficial dos Poderes do Estado), ano 06, nº 324, Ouro Preto, 05 de dezembro de 1897.

⁸⁵ Livro de registro de contratos de arrematações, p. 69v.

capital. A localidade onde estava estabelecida a cidade de Curral Del Rei foi escolhida para acolher a nova capital que receberia o nome de Belo Horizonte. Colocando, assim, um ponto final em toda a disputa. Porém, outras continuariam...

Capítulo III

A LUZ SOBRE OS POVOS

ASPECTOS OUROPRETANOS

I

Noite, lua branca e triste
Lançando sobre a cidade,
Uma dúbia claridade
A que a trava não resiste.

A minha janela invade
O luar - lâmina em riste -,
Sonhador que sempre assiste,
Em metis sonhos de saudade.

Não resisto e me levanto
Olho a praça. Um vulto esquivo
Foge à lua que ilumina.

Mãos nos bolsos, vela, enquanto
Um outro, que é mais ativo,
Furta a lâmpada da esquina.

Gasparino Fumaça, *Argos*, 30/09/1923.

01-A Festa do Carnaval

A primeira vez que a sociedade brasileira teve que lidar com sua identidade, refletir sobre sua brasilidade, mirar no próprio umbigo, assustou-se com a terrível imagem que formulou de si mesma: o Brasil como colônia no seu longo isolamento do fluxo da cultura ocidental, transformara-se numa espécie de ilha cercada de bugres e escravos por todos os lados. O Brasil era índio e negro. O Brasil era bárbaro!⁸⁶

Com estas palavras é que Robert Pechman procura definir o sentimento que as elites⁸⁷ brasileiras possuíam da grande maioria da população que povoava as cidades no século XIX. Toda essa massa urbana bárbara deveria passar por um processo de desbarbarização de seus costumes. Novos hábitos sociais e culturais seriam criados. Novas identidades seriam construídas. Um Brasil civilizado seria

⁸⁶ PECHMAN, R. M. *Op. Cit.* p. 24.

⁸⁷ Não entraremos em uma discussão sobre o conceito de elite, porém, faz-se necessário esclarecer que concebemos este grupo social como formado por políticos, letrados, grandes comerciantes, industriais, profissionais liberais, militares, pessoas que detinham poderes políticos ou econômicos.

forjado para que “os ingleses vissem”. Não bastava forjar a modernização do espaço urbano. Não bastava derrubar as casas dos bárbaros deixando-os dormir ao relento. Não bastava obrigá-los a trabalhar com salários irrisórios e que mal eram capazes de comprar a ração para o final da semana. Não! Nada disso era suficiente. Se não fosse condenável pela religião ou pela moral a atitude de nosso cronista relatada acima, a destruição de Ouro Preto e a reconstrução da cidade sobre as ruínas, seria aplicada na “modernização das pessoas”. Novos cidadãos deveriam sair desse forno infernal. E por incrível que pareça nossas elites ainda pensam de forma semelhante...

Durante o século XIX e início do XX existiu uma grande preocupação por parte de nossas elites em solucionar os problemas de desordem nas ruas. No Rio de Janeiro uma guerra contra os cortiços seria realizada. Chalhoub realizará um estudo magistral⁸⁸ sobre as desapropriações, despejos, demolições, embates físicos – travados nas ruas – e intelectuais – travados no meio político. Todo o debate se realizará dentro da noção de “classes perigosas”, os indivíduos que propensamente eram os promotores da desordem pública. Porém, os debates caminharão para a identificação em toda e qualquer pessoa pobre esse elemento desestabilizador. Podemos vislumbrar resquícios desse preconceito ainda no dias atuais. No interior de São Paulo às vezes podemos ouvir o dito popular que o principal problema do país são os três “Ps”: pobre, preto e puta.

Lima Barreto descreverá o “pressuposto da suspeição generalizada” utilizada pela polícia na avaliação desses infratores:

⁸⁸ CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 20-29.

A polícia não sei como e por que, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis. Suspeita de todo o sujeito estrangeiro com nome atravessado, assim os russos, polacos, romaicos são para ela forçosamente cáftens; todo o cidadão de cor há de ser por força um malandro; e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados.⁸⁹

Dentro desse projeto de desbarbarização das “classes perigosas” um ator que atuará ativamente será a polícia. Segundo o *Dicionário Enciclopédico* ou *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Almeida Lacerda a palavra *polícia* possuía a seguinte definição:

I) Polícia (do latim *politia*; do grego *polites*, cidadão; de *polis*, cidade) governo e boa administração do Estado, da segurança dos cidadãos, da salubridade, subsistência, etc. Hoje, entende-se particularmente da limpeza, iluminação, segurança e de tudo o que respeita a vigilância sobre vagabundos, mendigos, facinorosos, facciosos, etc.
 II) Polícia (do latim *politio*, de *polire*, polir, assear, adornar) cultura, polimento, aperfeiçoamento da nação, introduzir melhoramentos na civilização de uma nação.⁹⁰

A polícia centralizava em suas mãos duas tarefas: era responsável pela segurança e vigilância das pessoas, o uso exclusivo da violência pelo Estado; e também era encarada como um instrumento promotor do melhoramento dos costumes, um agente civilizador. O grande alvo da ação da polícia seriam as tão bem conhecidas “classes perigosas”. Para a consolidação de civilização brasileira o povo deveria abandonar seus hábitos bárbaros. A ação civilizadora seria regulamentada pelas Câmaras Municipais, que “[...] pelos meios enérgicos estabelecidos em suas posturas [...]”⁹¹ coibiriam ações incivilizadas praticadas pelos “povos incultos”.

⁸⁹ BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos*. São Paulo: Brasiliense, 1956, pp. 151-2. Apud: CHALHOUB, S. *Op. Cit.* p. 23.

⁹⁰ LACERDA, Almeida. *Dicionário Enciclopédico* ou *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. s. l., s. ed. 1868. Apud.: PECHMAN, R. M. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 69.

⁹¹ Liberal Mineiro, ano 09, n° 15, 20 de fevereiro de 1886.

Não sei se meu leitor já andou pelas ruas de Ouro Preto a noite; experimente uma caminhada em um dia chuvoso e com quedas de energia. Seus becos, ruelas estreitas e curvas, sua arquitetura barroca que intencionalmente foi construída para causar uma assombração – aproveite a ambigüidade da construção – provocam uma sensação de medo muito grande. Eu tento imaginar a iluminação das ruas no final do século XIX e início do XX com suas lâmpadas que quase não produziam luz e que mais “pareciam tomates de tão vermelhos”.⁹²

A Câmara Municipal de Ouro Preto sabia das deficiências do sistema de iluminação da cidade. A análise das técnicas de iluminação elétrica existentes, expostas no relatório elaborado por Gorceix, deixa claro as dificuldades que seriam enfrentadas. Em dias de festas, quando muitas pessoas circulariam pelas ruas e uma maior vigilância se fazia necessária, mais focos de iluminação eram instalados. Os contratos celebrados previam a instalação e fornecimento de energia excedente: “Todas as despesas da instalação diária da iluminação pública serão feitas pela companhia; correndo pela municipalidade somente os gastos de iluminação extraordinária como de festas e, quando forem exigidas pela Câmara.”⁹³

No carnaval de 1897 as ruas receberam iluminação excedente ao previsto para o serviço. “Na rua Tiradentes foram colocados dois magníficos focos elétricos que produziram belíssimo efeito e armado singelo coreto onde tocou durante as três noites a banda de musica do 1º [batalhão] de Polícia.”⁹⁴ Também no carnaval de 1899 seriam instalados focos para suprir a demanda produzida pela festa. As ruas Tiradentes e Direita foram caprichosamente enfeitadas para o festejo. No dia 10 às 8

⁹² BARBOSA, L. S. V. & DORNELAS, H. *Memórias de Ouro Preto*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1993.

⁹³ Livro de registro de contratos de arrematações, p. 71v.

⁹⁴ Dilúculo, O, ano 01, nº 19, Ouro Preto, 13 de março de 1897.

horas da noite foram acesos na rua Tiradentes lâmpadas alimentadas por gás acetileno, “produzindo uma bela iluminação”; e a rua Direita foi toda iluminada por luz elétrica. Em Antonio Dias a iluminação foi feita por meio de dois focos elétricos, cada um com 1.200 velas. Após o discurso de abertura do carnaval realizado por Diogo de Vasconcelos enorme multidão perambulava pelas ruas brincando o carnaval.⁹⁵

Essa multidão estava mais preocupada em brincar o carnaval em segurança que com os ideais civilizadores de sua elite.

Tomara que este ano o sr. Joyeux bote luz elétrica na Rua Tiradentes, pois, com a rodada do gás na Câmara, com certeza ele rodará na citada rua, e brincar-se carnaval no escuro é muito perigoso, ainda mais com esses rapazes de hoje...⁹⁶

Agora a luz elétrica que não “durma” nos dias de folia porque do contrário corre o risco de quebrarem a cabeça do Floriano.⁹⁷

Para uma massa de trabalhadores que labuta o dia todo para aquisição de dinheiro que seja suficiente para a manutenção de suas vidas, o único espaço do dia que resta para a prática de algum lazer é a noite. O carnaval era uma festa que vinha tomando o espaço preenchido pelo entrudo, festa vista como bárbara pelas elites, muito popular entre brasileiros, constituindo-se como um importante evento promotor de sociabilidades entre os diferentes grupos sociais dentro da cidade. A

⁹⁵ Itacolomy, O (Órgão Republicano, Crítico, Literário e Noticioso), ano 01, nº 06, Ouro Preto, 20 de fevereiro de 1899.

⁹⁶ Itacolomy, O (Órgão Republicano, Crítico, Literário e Noticioso), ano 01, nº 04, Ouro Preto, 15 de janeiro de 1899.

⁹⁷ Grilo, O, ano 01, nº 04, Ouro Preto, 20 de janeiro de 1906.

iluminação das ruas era necessária para que a polícia pudesse vigiar e coibir ações, como a prática do próprio entrudo, vistas como incivilizadas.⁹⁸

Não apenas em dias de festas que encontramos reclamações sobre a ineficiência e insuficiência do sistema de iluminação pública das ruas. Em várias edições do jornal *O Grillo*⁹⁹ verificamos cobranças pela instalação de um maior número de lâmpadas na rua das Escadinhas. Pedidos e advertências realizados de maneira jocosa, “E a luz elétrica na rua das Escadinhas! Quem lá passar de noite cuidado com as ventas.”¹⁰⁰ Ou brincando com o modo das pessoas simples falarem sobre a falta de lâmpadas: “Nem mais uma ‘alampada’.” Ou às vezes com um tom um tanto agressivo, como que prevendo uma tragédia: “Também é preferível que qualquer pessoa quebre as ventas ali do que se colocar uma lâmpada.” “Graças ao luar da noite de S. o sr. João de Alçorta e Mello deixou de arrebentar as ventas na rua das Escadinhas.” / “A luz lá é coisa cara.”¹⁰¹ Ou apenas, já com a paciência esgotada, peremptoriamente: “Luz nas Escadinhas.”¹⁰²

A rua das Escadinhas era iluminada apenas nas extremidades, ficando todo o resto da rua em plena escuridão, isso provocava preocupações em seus moradores. À noite, a rua das Escadinhas tornava-se muito perigosa. Não sei se meus leitores conhecem o local, mas ela é uma rua muito íngreme, talvez possua uma das maiores declividades de Ouro Preto. Muitos carros e caminhões já colidiram com o chafariz da Igreja do Pilar pois ele se encontra na rota de colisão se porventura, tomara Deus

⁹⁸ ARAUJO, P. V. L. de. *Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*. Dissertação, Mestrado em História. Belo Horizonte: Departamento de História, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

⁹⁹ Grillo, O, ano 01, nº 01, Ouro Preto, 10 de dezembro de 1905. & ano 01, nº 04, Ouro Preto, 01 de janeiro de 1906. & ano 01, nº 04, Ouro Preto, 20 de janeiro de 1906. & ano 01, nº 05, Ouro Preto, 02 de fevereiro de 1906. & ano 01, nº 07, Ouro Preto, 13 de março de 1906. & ano 01, nº 09, Ouro Preto, 03 de maio de 1906.

¹⁰⁰ *Idem*, ano 01, nº 01, Ouro Preto, 10 de dezembro de 1905.

¹⁰¹ *Idem*, ano 01, nº 07, Ouro Preto, 13 de março de 1906.

¹⁰² *Idem*, ano 01, nº 09, Ouro Preto, 03 de maio de 1906.

que não, alguma condução perder o sistema de freios. Dentre os projetos de melhoramentos da malha urbana de Ouro Preto a diminuição da declividade da rua estava escalada.¹⁰³ Preocupado com a segurança dos que transitam pelas ruas à noite, nosso cronista faz algumas advertências sobre o perigo de alguma pessoa cair e machucar-se por algum tropeção nas pedras que não conseguir enxergar na escuridão. Como o caso do sr. João de Alçorta e Mello que deixou de “arrebentar as ventas” graças à claridade propiciada pelo luar.¹⁰⁴

02-A Festa do Bi-Centenário

A luz elétrica provocava deslumbramento e arrancava suspiros de seus expectadores. Nas Exposições Universais a energia elétrica foi ocupando a cada ano um local mais alto na escala das atrações. Na Exposição de Paris em 1889, juntamente com a Torre Eiffel, ela ocupa uma posição de destaque possuindo um salão apenas para a sua exposição. A iluminação era dispersa pelos pavilhões com o intuito de provocar fascínio nos expectadores:

[...] comme au théâtre, variant lês combinaisons chromatiques au moyen de grosses manettes. Et ce qu'il y avait de sidérant à voir s'élever dans la nuit d'été; e, au pied de la Tour de trois cents mètres, des jets d'eau colores de vingt mètres de haut se doublait ainsi d'un spectacle peut-être plus fascinat encore, celui d'un démirge moderne, massif et barbu, régissant l'eau et le feu demère as vitre, annonciateur, aux dès enfants du capitaine Nemo, de ces temps nouveaux où l'homme moderne ferait, en effet, la pluie et le beau temps.¹⁰⁵

¹⁰³ FONSECA, J. F. de M. *Op. cit.*, p. 113.

¹⁰⁴ *Idem*, ano 01, nº 07, Ouro Preto, 13 de março de 1906.

¹⁰⁵ ORY, Pascal. 1889 *La memoire dès siecles. L'Expo Universelle*. Paris: Editions Complexe, 1989, p. 27. Apud.: ROCHA, A. S. da S. *Op. cit.*, p. 38. “[...] como no teatro, variando as combinações cromáticas em meio a grandes alavancas. Era surpreendente ver se elevar na noite de verão, ao pé da Torre de 300 metros, jatos de água coloridos de 20 metros de altura que se duplicavam assim em um espetáculo talvez mais fascinante ainda, de um demiurgo moderno, maciço e barbudo administrando a água e o fogo atrás de sua vidraça, anunciador aos olhos das crianças do capitão Nemo, desses novos

Da mesma forma, as autoridades responsáveis pela decoração da cidade de Ouro Preto utilizaram-se da iluminação para a comemoração de seu aniversário de duzentos anos. No roteiro de atrações, a iluminação da cidade estava entre as principais, merecendo o mesmo destaque dado à chegada do presidente do estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão.

A chegada do exmo. sr. Presidente do estado fora marcada para depois das 7 horas da noite.

Antes disso, trens especiais deveriam trazer de Belo Horizonte visitantes, que de fato desembarcaram às 6 horas, mais de seiscentos em maioria ouropretanos. Recebidos na Estação por grande número de amigos e parentes, toda essa multidão, assim como os que já estavam e depois chegaram, do mesmo lugar de Estação dispersaram-se com os parentes e velhos conhecidos, em cujas casas foram hospedados.

Cumpria iluminar-se a cidade para a recepção do Presidente do Estado e de sua ilustre comitiva. Como na ornamentação, esta parte seguiu para todas as ruas o mesmo sistema de lanternas venezianas, e focos elétricos.

Centenas de luzes brilhavam na *gare*, e no edifício da Estação, do qual partiam cordões de lanternas em leque até a entrada da ponte, e em paralelas seguiam pelas ruas a começar da rua Diogo de Vasconcellos, passando pela Praça até o Largo de Marília. [...]

A Praça merecendo especial esmero oferecia uma vista deslumbrante, feérica. Além das luminárias encarreadas no quadro das ruas e janelas das casas, partiam do pavilhão em raios para as extremidades cordões numerosos de luz variegada. Assentou-se no quintal da Câmara um gasômetro de acetileno para a iluminação da fachada do Paço, e da Estátua, cujas partes foram todas cobertas com bicos acesos, enquanto um jato de luz elétrica fazia ressaltar o vulto do herói, a quem era dedicada.

As fachadas do Palácio, da Penitenciária, do Fórum e do Paço Municipal foram guarnecidas por copinhos de cores, empregando-se a este efeito além de outros focos cerca de três mil luminárias, que produziam cambiantes arabescos no mais formoso quadro que nunca se viu.¹⁰⁶

O cenário para o deslumbramento fora montado. Os antigos moradores que voltavam à cidade natal juntamente com seus filhos e netos encontraram uma cidade radiosa, com seus monumentos resplandecendo sob uma profusão de luzes. Os

tempos onde o homem moderno faria, com efeito, a chuva e o bom tempo.” Tradução do francês para o português realizada pela autora.

¹⁰⁶ SENNA, N. de. BI-CENTENÁRIO de Ouro Preto, 1711-1911. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911, pp. 321-323.

prédios públicos foram ricamente iluminados. A imagem de Tiradentes ganhava atenção especial, numerosos bicos de iluminação a gás e um jato de luz ornamentavam o herói mineiro. Ouro Preto voltava à glória. O passado havia retornado, trazendo de volta o governo do estado juntamente com os filhos desgarrados que voltavam aos braços da antiga capital. Mas a antiga beleza não pôde voltar,

A velha capital repousa a noite sobre o manto legendário de suas tradições passadas, como que rendida pelo extenuar que sobreveio a sua intensa de gloriosa capital de Minas – berço das idéias liberais, ninho prodigioso de heróis e de onde voaram as águias altivas da liberdade pátria, proclamando o valor cívico e o patriotismo brasileiro.

O clarão tíbio do luar, que escorre pelo flanco das serras que a circundam, banha de uma luz profusa sua velha casaria, grimpendo pelas ladeiras, ao lombo escarpado e pedregoso de suas encostas, perfuradas de escavações subterrâneas.

Lá no centro, a praça da Liberdade, eleva-se altivo o monumento de bronze a Tiradentes, falando corajosamente à posteridade, com eloquência muda de quase um século.

Lá mais abaixo, a casa histórica onde habitam Franciscanos, recordamos a epopéia de Marília, que tanto fez vibrar a lira desditosa de Gonzaga.

As lâmpadas elétricas espalhadas pelas suas ruas ermas assemelham-se agora, a lágrimas de luz choradas pela posteridade sobre suas ruínas.¹⁰⁷

¹⁰⁷ JUNIOR, Moura. O Itacolomy (Órgão dos alunos do Colégio “Benjamin Dias”), ano 01, n° 02, Ouro Preto, 30 de setembro de 1912.

CONCLUSÃO: O CREPÚSCULO

A eletrificação da iluminação pública na cidade de Ouro Preto está inserida em uma conjuntura onde os ideais de modernidade, modernização e civilização estão muito latentes. O Brasil possuía um modelo para espelhar-se: a Europa; onde a imagem produzida deveria se aproximar o máximo possível da original. Várias medidas para propiciar os “melhoramentos” esperados foram tomadas, dentre elas podemos citar as intervenções no espaço urbano e a inserção de novos costumes.

Ouro Preto era considerada uma cidade que representava o passado colonial enfrentado pelo Brasil. Os “novos tempos” requeriam uma cidade moderna e que conduzisse Minas Gerais rumo ao desenvolvimento. A comparação feita pela elite mineira com o estágio de desenvolvimento de outras regiões, tanto de Minas quanto do Brasil, transparecia uma sensação de atraso. Decidiu-se pela mudança da capital do estado, medida que visava alavancar o desenvolvimento mineiro.

Vários interesses estavam envolvidos, desde novos atores que queriam a sua inserção dentro do cenário político mineiro, até entusiastas da modernidade. Algumas pessoas queriam a permanência da capital em Ouro Preto e propunham a modernização do espaço urbano adaptando-a aos ideais de uma cidade moderna, mesmo que para isso fosse preciso derrubar a cidade toda e outra surgisse de suas ruínas. De todas as medidas tomadas o sistema de iluminação pública da cidade também sofreria algumas intervenções.

Mesmo com todas as dificuldades expostas por Gorceix em seu relatório, somadas aos encargos financeiros advindos da mudança da fonte energética da iluminação pública, decidiu-se pela implantação do sistema elétrico. A instalação da iluminação elétrica encontraria em seu caminho algumas dificuldades a transpor,

mesmo sendo uma inovação requerida pela elite local e uma maquinaria do conforto almejada pela população. A instalação requeria altos investimentos de capitais e, aparentemente, não existia em Ouro Preto nenhum empresário com tais recursos disponíveis e disposto a entrar em negócio tão arriscado. Várias tentativas foram feitas e nenhuma consolidada, o sistema de iluminação pública elétrica instalado era insuficiente.

Todas estas dificuldades somadas à baixa subvenção paga pelo governo do estado de Minas Gerais e posteriormente pela Câmara Municipal de Ouro Preto, não tornavam a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica um negócio atraente. Mesmo após a eletrificação do sistema pela Companhia Oupretana de Força Luz e Telefone em 1891, a iluminação pública continuava insuficiente, fazendo-se necessário que durante festividades fosse contratada iluminação sobressalente.

Todos os esforços de modernizar o espaço urbano de Ouro Preto seriam reinterpretados pelas pessoas que habitavam a cidade. Enquanto as elites estavam preocupadas em deixar o Brasil o mais próximo possível de uma nação nos moldes europeus, a população veria com bons olhos as mudanças. Elas estavam interessadas em usufruir das mudanças com o intuito de melhorar a sua qualidade de vida. As pessoas estavam interessadas em brincar o carnaval em segurança, não correndo o risco de serem atacadas à noite por algum assaltante ou mesmo de caírem pelas ruas acidentadas de Ouro Preto.

A elite ouopretana estava preocupada em conceder ares de uma civilização nos trópicos para o Brasil intervindo também nos costumes da população pobre. Iluminar as ruas significava melhorar a vigilância que o polícia podia exercer sobre

essas “classes perigosas”, sendo a primeira a promotora e guardiã dos bons costumes da civilização. A população reinterpreta esta opção da elite em benefício próprio. Enquanto a elite queria vigiá-la, a população queria se divertir à noite em dias de festas e ficar deslumbrada com as maravilhas da ciência.

Anexos

Anexo 01

Primeiro contrato de arrematação para fornecimento e distribuição de energia elétrica efetuado entre o governo da província de Minas Gerais e o Comendador Carlos Gabriel de Andrade.

Entre os melhoramentos que tenho procurado introduzir na Capital, folgo dizer, não me descurei deste importante serviço, que, pelo sistema de há muito adotado, qual o da luz do óleo de querosene, não corresponde ao progresso da época e aos sacrifícios que com ele faz a província na soma de 20:000\$000 anuais.

Em virtude do disposto no art. 5º da lei n.º 2892 de 7 de Novembro de 1882, e conforme já fiz ver a esta Assembléa em o ano passado, tendo mandado abrir concorrência para a iluminação por meio da luz elétrica, não apareceram proponentes.

Em data, porem, de 26 de Outubro de 1883, depois de aceita a proposta feita pelo atual empresário desse serviço, Comendador Carlos Gabriel de Andrade, celebrou-se com ele o respectivo contrato. Suas condições essenciais são as seguintes:

__Ser iluminada Capital pela luz elétrica do sistema Bresch, distribuída por 52 focos de intensidade de duas mil velas cada um;

__Ser a luz mantida, nos meses de Outubro a Março, das 7 horas da tarde às 4 da madrugada, e nos meses de abril a setembro, das 6 da tarde às 5 da madrugada, e durante o tempo ou as horas em que não houver luar claro; correr por conta do contratante a construção, de acordo com as prescrições da ciência e fiscalização de pessoa idônea, da oficina necessária para a produção de luz em lugar aprovado pelo Governo, levando fios transmissores, mediante prévio ajuste, não só aos edifícios públicos, onde sejam necessários, mas também às casas particulares;

__Receber o contratante anualmente por esse serviço a quantia de 20:000\$000;

__Pagar o Governo, por cada foco que exigir, além dos 52, uma subvenção proporcional;

__Ter o contratante isenção de impostos e quaisquer outras taxas sobre todo o material importado na Província, obrigando-se o Governo Provincial a solicitar do Governo Geral a isenção dos direitos que tiver de pagar na Alfândega o material importado do estrangeiro;

__Obriga-se o contratante a dar começo ao serviço da nova iluminação dentro do prazo de nove meses depois de assinado o contrato, continuando a seu cargo a iluminação atual na forma do contrato vigente até a nova instalação, e de manter desde logo 230 combustores, mediante a quota consignada no orçamento;

__Não poder o contratante em tempo algum, e sob qualquer pretexto, pedir indenização por serviços, que não tenham sido encomendados pelo governo;

__Permitir o governo, se for preciso, desapropriação dos terrenos e águas que devem servir ao motor hidráulico, correndo toda a despesa por conta do contratante;

__Sujeitar-se o contratante, pela falta de cumprimento das cláusulas do contrato, às multas;

__De 5\$000 de cada foco que não tiver a intensidade de duas mil velas;

__De 10\$000 por cada hora que exceder o tempo marcado para a iluminação geral;

__De 10\$000 por hora em que não houver luar claro e se interromper, cessar ou não se fizer a iluminação, salvo o caso de força maior, ou acidente imprevisto devidamente provado;

__Ficar o contratante obrigado a introduzir na iluminação da Capital os melhoramentos que a ciência determinar e a conveniência do serviço aconselhar, uma vez que tenham sido empregados com vantagem na iluminação de outras cidades;

__Vigorar o contrato por vinte anos e no fim deste prazo ser o contratante preferido, em igualdade de condições, para continuar a fazer a iluminação pública da cidade, si este serviço, durante o tempo marcado, tiver sido executado com regularidade;

__Só poder ser transmitido o contrato mediante aprovação do governo, com todas as condições, à pessoa de reconhecida idoneidade, realizando-se a transferência por escritura publica, termo ou aditamento;

__Prestar o contratante fiança idônea;

__Prevalecerem as estipulações do contrato para com os legítimos sucessores do contratantes, no caso de falecer durante o vigor do contrato; ficando também entendido que o contrato poderá ser rescindido, se por este novo sistema não se obtiver luz correspondente à do luar no seu 3º quarto;

__Finalmente ser o pagamento da quantia de 20:000\$000 feito por prestações mensais, mediante atestado do Dr. Chefe de Policia.

Posteriormente o comendador Carlos Gabriel de Andrade associou-se, para desempenho deste contrato, á casa comercial que gira na praça do Rio de Janeiro sob a razão de G. Joppert & C.^a, de cuja firma faz parte o conceituado cidadão Antonio Francisco Bandeira Junior; o que aprovei.¹⁰⁸

¹⁰⁸ CHAVES, Antônio Gonçalves. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 01 de agosto de 1884.

Fontes

Jornais

Argos (Órgão dedicado ao Sexo Galante), ano 01, nº 03, Ouro Preto, 26 de agosto de 1923.

_____ ano 01, nº 05, Ouro Preto, 30 de setembro de 1923.

Cisne, O (Órgão Literário Mineiro), ano 1, nº 9, Ouro Preto, 20 de abril de 1895.

Dilúculo, O, ano 01, nº 19, Ouro Preto, 13 de março de 1897.

Estado de Minas, O, ano 03, nº 286, Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1892.

_____ ano 3, nº 304, Ouro Preto, 20 de abril de 1892.

Gazeta de Ouro Preto, ano 1, nº 3, Ouro Preto, 12 de janeiro de 1890.

Grillo, O, ano 01, nº 01, Ouro Preto, 10 de dezembro de 1905.

_____ ano 01, nº 04, Ouro Preto, 01 de janeiro de 1906.

_____ ano 01, nº 04, Ouro Preto, 20 de janeiro de 1906.

_____ ano 01, nº 05, Ouro Preto, 02 de fevereiro de 1906.

_____ ano 01, nº 07, Ouro Preto, 13 de março de 1906.

_____ ano 01, nº 09, Ouro Preto, 03 de maio de 1906.

Itacolomy, O (Órgão dos alunos do Colégio Benjamin Dias), ano 01, nº 02, Ouro Preto, 30 de julho de 1912.

Itacolomy, O (Folha do Povo), ano 01, nº 01, Ouro Preto, 10 de outubro de 1890.

Itacolomy, O (Órgão Republicano, Crítico, Literário e Noticioso), ano 01, nº 04, Ouro Preto, 15 de janeiro de 1899.

_____ ano 01, nº 06, Ouro Preto, 20 de fevereiro de 1899.

Itacolomy, O. (Órgão dos alunos do Colégio “Benjamin Dias”), ano 01, nº 02, Ouro Preto, 30 de setembro de 1912.

Jornal Mineiro (Órgão Republicano, Político, Literário e Noticioso), ano 02, nº 69, Ouro Preto, 13 de janeiro de 1899.

_____ ano 01, nº 34, Ouro Preto, 01 de maio de 1898.

Liberal Mineiro, ano 09, nº 15, 20 de fevereiro de 1886.

Minas Gerais (Órgão Oficial dos Poderes do Estado), ano 06, nº 324, Ouro Preto, 05 de dezembro de 1897.

Treze de Março (Jornal Republicano), ano 01, nº 11, Ouro Preto, 01 de janeiro de 1895

Relatórios de Presidentes de Província

OTONI, Teófilo. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 01 de agosto de 1882.

CHAVES, Antônio Gonçalves. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais de 01 de agosto de 1883.

CHAVES, Antônio Gonçalves. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 01 de agosto de 1884.

BRITO, José Antônio Alves de. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 01 de agosto de 1885.

FIGUEIREDO, Carlos Augusto de Oliveira. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 05 de julho de 1887.

BARBOSA, Luiz Eugênio Horta. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 01 de julho de 1888.

LIMA, Antônio Augusto de. Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais. 15 de junho de 1891.

Arquivo Público da Prefeitura e Câmara Municipal de Ouro Preto

Livro de registro de contratos de arrematações, nº de registro: 0845, caixa: 16, 1889-1896, pp. 67v-73.

Livro de registro de contratos de arrematações, nº de registro: 01163, caixa: 33, 1917-1927, pp. 44v-48, 78-83v.

Bibliografia

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *D'une nature à l'autre: technique construction de l'espace et transformation sociale (Brésil 1850-1910)*. Tese, Doutorado em História, Paris: Université de Paris VII, 1997.

ARAÚJO, Patrícia Vargas L. de. *Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*. Dissertação, Mestrado em História, Belo Horizonte: Departamento de História, Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2000.

ARMSTRONG, C. & NELLES, H. V. *Southern exposure: canadian promoters in Latin America and the Caribbean, 1896-1930*. Toronto: University of Toronto Press, 1988.

AXT, Gunter, *A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul – dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959)*. Dissertação, Mestrado em História, Porto Alegre: CPG-História/UFRGS, 1995.

BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani & DORNELAS, Humberto. *Memórias de Ouro Preto*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1993.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto; trad. Jorge Henrique Oseki. In: *Espaço & Debate: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, nº 34, ano XI. São Paulo: NERU, 1991.

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*; trad. Heindrun Krieger Mendes da Silva, Arlete de Brito, Tânia Jatobá. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. (Biblioteca Tempo Universitário, 41)

_____ *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*; tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. 3ª ed., 2ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Obras Escolhidas III)

_____ *Rua de mão única*; trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5ª ed., 3ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Obras Escolhidas II)

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*; trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). In: *Revista Brasileira de História: ANPUH/Marco Zero*, v. 5, nº 8/9, set. 1984/abr. 1985, pp. 35-68.

CACHAPUZ, Paulo Brandi de Barros, (coord.) *Debates parlamentares sobre energia elétrica na Primeira República: o processo legislativo*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1990.

_____ *Energia elétrica em questão: debates no Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Ângela Marques da & SCHWACZ, Lília Muritz. *1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos)

DAMASIO, Cláudia Pilla. A construção e a imagem cidade-progresso em Porto Alegre na virada do século. In: SOUZA, Célia Ferraz & PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.) *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

DIAS, Renato Feliciano (coord.). *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. (Humanitas)

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, v. I.

_____ *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*; tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FERREIRA, Maria Aparecida da Costa Gonçalves. *O guardador da memória urbana: traços ligeiros em crônicas de Ouro Preto*. Dissertação, Mestrado em Literatura Brasileira, João Pessoa: Departamento de Letras da Universidade Federal da Paraíba, 2002.

FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. Dissertação, Mestrado em História, Belo Horizonte: Departamento de História, Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*; trad. organização e introdução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; trad. Raquel Ramallete. 25ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização em Juiz de Fora: 1850-1930*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988.

GORCEIX, Claude Henri. Iluminação pública da capital. In: *REM: Revista Escola de Minas*. Ouro Preto: escola de Minas-UFOP, ano 56, volume 45, nº 03, 1992, pp. 297-301.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. Companhia das Letras, 1988.

HOBSBAWM, E. *A era do capital – 1848-1875*, trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em Movimento: quadros médicos e(m) história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

MANTOVANI, André Luiz. Modernizar para não mudar: a instalação do setor elétrico em Ouro Preto, 1890-1990. In: *Caminhos da história: desafios da historiografia em Minas Gerais: anais eletrônicos [CD-ROM] – XIV Encontro Regional de História*. Juiz de Fora: ANPUH-MG, 2004.

MARILZA, Elizardo Brito & REIS, Solange Balbi Cerqueira (coords.) *A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930)*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.

MAURO, José Eduardo Marques. Os pioneiros da eletricidade. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº 29, 1988, pp. 169-174.

MCDOWALL, Duncan. *The Light: brazilian traction, light and power company limited, 1899-1945*. Toronto: University of Toronto Press, 1988.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte: Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, 1999.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção* (coord.) Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

OLIVEIRA, Monsenhor Alípio Odier de. *Traços biográficos de Dom Silvério Gomes Pimenta no centenário de seu nascimento (1840 – 1940)*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1940.

OZZORI, Manoel. *Almanack administrativo, mercantil, industria, scientifico e litterario do Município de Ouro Preto*. Ouro Preto: Typographia d'A Ordem, ano I, 1890 Apresentação Maria Francelina Ibrahim Drummond. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1990. Reprodução fac-similar da 1ª ed. Co-edição do Instituto de Artes e Cultura/UFOP e Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

PATARRA, Neide. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, Boris (dir.) *et. al. O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 4º Vol. São Paulo: Difel, 1984, (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III).

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PIRES, Aurelio. *Homens e fatos de meu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª, Brasileira, vol. 146)

REIS, Aarão. *Comissão d'estudo das localidades indicadas para a nova capital*; relatório apresentado ao Dr. Afonso Pena pelo engenheiro Aarão Reis (janeiro a maio de 1893). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1893.

ROCHA, Amara Silva de Souza. A consolidação da Light (1925/1934). In: LEVY, Maria Bárbara & LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coords.) *Estudos sobre a Rio Light*. Centro de Patrimônio Histórico da Light, 1990.

_____ A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da belle époque. In: *Revista de história regional*. Vol. 2, nº 2, Inverno 1997.

_____ *A sedução da luz: O imaginário em torno da eletrificação do Rio de Janeiro (1892/1914)*. Dissertação, Mestrado em Historia Social, Rio de Janeiro: PPGHIS do IFCS/UFRJ, 1997.

RUAS, Eponina. *Ouro Preto: sua história, seus templos e monumentos*. 1964.

SAES, Flávio A. M. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____ Café, indústria e eletricidade em São Paulo. In: *História & Energia: A chegada da Light*. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, v.1, 1989, pp. 21-31.

SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*; trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENN, Nelson de. *BI-CENTENÁRIO de Ouro Preto, 1711-1911*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____ (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil; 3).

_____ *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SZMRECSÁNYI, Tamás. A era dos trustes e cartéis. In: *História & Energia: A chegada da Light*. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, v.1, 1989, pp. 6-20.

_____ Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899-1939. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.6, n.1, p.132-5, jan./mar. 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás & SAES, Flávio A. M. de. Energia elétrica e capital estrangeiro: o caso da São Paulo Light, 1899-1904. In: *Resgate, Revista de Cultura do Centro de Memória – UNICAMP*. Campinas: Papyrus, nº 4, 1992, pp. 9-17.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*; trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira, 1889-1937*, trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 50)